TRIBUNAL DE CONTAS
Estado de Mato Grosso do Sul

# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ANO XVI – Nº 3779 | Campo Grande-MS | quarta-feira, 26 de junho de 2024 – 70 páginas

## CORPO DELIBERATIVO

Presidente _____ Conselheiro Jerson Domingos
Vice-Presidente e Ouvidor _____ Conselheiro Flávio Esgaib Kayatt
Corregedor-Geral _____ Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo
Diretor-Geral da Escola Superior de Controle Externo _____ Conselheiro Marcio Campos Monteiro
Conselheiro _____ Iran Coelho das Neves
Conselheiro _____ Waldir Neves Barbosa
Conselheiro _____ Ronaldo Chadid

## 1ª CÂMARA

Conselheiro _____ Ronaldo Chadid
Conselheiro _____ Osmar Domingues Jeronymo
Conselheiro _____ Flávio Esgaib Kayatt

## 2ª CÂMARA

Conselheiro _____ Iran Coelho das Neves
Conselheiro _____ Waldir Neves Barbosa
Conselheiro _____ Marcio Campos Monteiro

## Conselheiros Substitutos

Coordenador _____ Conselheiro Substituto Célio Lima de Oliveira
Subcoordenador _____ Conselheiro Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel
Conselheira Substituta _____ Patrícia Sarmento dos Santos

## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Procurador-Geral de Contas _____ João Antônio de Oliveira Martins Júnior

## SUMÁRIO

ATOS DE CONTROLE EXTERNO ..... 2
ATOS PROCESSUAIS ..... 56
DIRETORIA DAS SESSÕES DOS COLEGIADOS ..... 57
ATOS DO PRESIDENTE ..... 69

## LEGISLAÇÃO

Lei Orgânica do TCE-MS.....Lei Complementar nº 160, de 2 de Janeiro de 2012
Regimento Interno.....Resolução nº 98/2018

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

## ATOS DE CONTROLE EXTERNO

### Tribunal Pleno Presencial

### Acórdão

**ACÓRDÃOS** do egrégio **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, proferidos na **6ª** Sessão Ordinária do **TRIBUNAL PLENO PRESENCIAL**, realizada em 10 de abril de 2024.

**ACÓRDÃO - AC00 - 1205/2024**

PROCESSO TC/MS: TC/2976/2021
PROTOCOLO: 2095254
TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO
ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO MURTINHO
JURISDICIONADO: VILSON ROLOM DE CAMPOS
RELATOR: CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – DESCUMPRIMENTO DO MANUAL DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS – NÃO ENCAMINHAMENTO DO PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DAS ATAS EM QUE FORAM APRECIADAS AS CONTAS – NÃO COMPROVAÇÃO DO ATENDIMENTO INTEGRAL À TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL – FALTA DE COMPROVAÇÃO DA EFETIVA FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO DA SAÚDE – NÃO COMPROVAÇÃO DO ATENDIMENTO INTEGRAL À TRANSPARÊNCIA E VISIBILIDADE DA GESTÃO DA SAÚDE – IMPROPRIEDADES DE NATUREZA FORMAL – CONTAS REGULARES COM RESSALVA – RECOMENDAÇÃO – ARQUIVAMENTO.**
É declarada a regularidade com ressalva da prestação de contas anuais de gestão, nos termos do art. 59, II, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, dando quitação ao responsável, conforme regra do art. 59, § 1º, I, do mesmo diploma legal, sem prejuízo das cominações anteriores ou posteriores impostas em julgamentos de outros processos, com a formulação de recomendação ao responsável ou a quem o tiver sucedido, da adoção de medidas necessárias para a correção das impropriedades identificadas.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 6ª Sessão Ordinária Presencial do Tribunal Pleno, realizada em 10 de abril de 2024, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **regularidade com ressalva** da Prestação de Contas Anuais de Gestão do **Fundo Municipal de Saúde de Porto Murtinho/MS**, exercício de **2020**, sob a responsabilidade do **Sr. Vilson Rolom de Campos**, nos termos do art. 59, II, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, dando quitação ao responsável, conforme regra do art. 59, § 1º, I, do mesmo diploma legal, sem prejuízo das cominações anteriores ou posteriores impostas em julgamentos de outros processos; por **recomendar** ao responsável, ou a quem o tiver sucedido, a adoção de medidas necessárias para a correção das impropriedades identificadas; pela **comunicação** do resultado do julgamento aos interessados na forma do que prevê o art. 50 da Lei Complementar Estadual nº 160/2012; e pelo **arquivamento** do processo, após trânsito em julgado, pela consumação do Controle Externo, nos termos do art. 186, V, do RITC/MS.

Campo Grande, 10 de abril de 2024.

Conselheiro **Marcio Campos Monteiro** – Relator

**ACÓRDÃO - AC00 - 1211/2024**

PROCESSO TC/MS: TC/3164/2021
PROTOCOLO: 2095633
TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO
ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE PONTA PORA
JURISDICIONADA: MARIA LENY ANTUNES KLAIS
ADVOGADAS/PROCURADOR: ISADORA G. COIMBRA DE ARAUJO FOIZER OAB/MS Nº 18.046; ANDRESSA ALVES GARCIA LOPES OAB/MS Nº 22.102; LAURA KAROLINE SILVA MELO OAB/MS Nº 11.306.
RELATOR: CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – REMESSA DE DOCUMENTOS EM DESACORDO COM O MANUAL DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS – NÃO ENCAMINHAMENTO DA TOTALIDADE DAS CÓPIAS DOS DECRETOS DE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS – NÃO PUBLICAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS EM CONJUNTO COM AS**



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – NÃO ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL COM RECURSOS PROVENIENTES DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR – CONTAS REGULARES COM RESSALVA – RECOMENDAÇÃO – ARQUIVAMENTO.**
É declarada a regularidade com ressalva da prestação de contas anuais de gestão, nos termos do art. 59, II, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, dando quitação ao responsável, conforme regra do art. 59, § 1º, I, do mesmo diploma legal, sem prejuízo das cominações anteriores ou posteriores impostas em julgamentos de outros processos, com a formulação de recomendação ao responsável, ou a quem o tiver sucedido, da adoção de medidas necessárias para a correção das impropriedades identificadas.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 6ª Sessão Ordinária Presencial do Tribunal Pleno, realizada em 10 de abril de 2024, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **regularidade com ressalva** da Prestação de Contas Anuais de Gestão do **Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação de Ponta Porã/MS**, exercício financeiro **2020**, sob a responsabilidade da **Sra Maria Leny Antunes Klais**, nos termos do art. 59, II, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, em razão das impropriedades destacadas no voto, dando quitação aos responsáveis, conforme regra do art. 59, § 1º, I, do mesmo diploma legal, sem prejuízo das cominações anteriores ou posteriores impostas em julgamentos de outros processos; por **recomendar** ao responsável, ou a quem o tiver sucedido, a adoção de medidas necessárias para a correção das impropriedades identificadas; pela **comunicação** do resultado do julgamento aos interessados na forma do que prevê o art. 50 da Lei Complementar Estadual nº 160/2012; e pelo **arquivamento** do processo, após trânsito em julgado, pela consumação do Controle Externo, nos termos do art. 186, V, do RITC/MS.

Campo Grande, 10 de abril de 2024.

Conselheiro **Marcio Campos Monteiro** – Relator

**ACÓRDÃOS** do egrégio **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, proferido na **8ª** Sessão Ordinária do **TRIBUNAL PLENO PRESENCIAL**, realizada em 24 de abril de 2024.

## ACÓRDÃO - AC00 - 1239/2024

PROCESSO TC/MS: TC/8370/2015/001
PROTOCOLO: 2135672
TIPO DE PROCESSO: RECURSO ORDINÁRIO
ÓRGÃO: SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COSTA RICA
RECORRENTE: MOACIR JUSTINO DE ALMEIDA
RELATOR: CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**EMENTA - RECURSO ORDINÁRIO – ACÓRDÃO – IRREGULARIDADE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – APLICAÇÃO DE MULTA – DEPÓSITO EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NÃO OFICIAIS – NÃO ENVIO DE NOTAS EXPLICATIVAS E INVENTÁRIO DE BENS – AUSÊNCIA DE CONTROLE INTERNO – IMPROPRIEDADES FORMAIS – APRECIAÇÃO DAS CONTAS NÃO PREJUDICADA – CONTAS REGULARES COM RESSALVA – EXCLUSÃO DA MULTA – RECOMENDAÇÃO – PROVIMENTO.**
1. Acerca da existência de depósito em instituições financeiras não oficiais, existem precedentes desta Corte no sentido de se admitir a regularidade com ressalva da referida prática, com a recomendação ao gestor para fazer as adequações necessárias. Nesse tema, ainda se destaca o atual Parecer-C – 13/2022, que confirma ser possível depositar disponibilidades financeiras em bancos não oficiais, desde que observado o regramento do Conselho Monetário Nacional, notadamente Resolução BACEN n. 4.659/2018 e demais normativas incidentes.
2. A ausência do inventário analítico de bens imóveis, das notas explicativas e do Controle Interno, que não prejudicaram a apreciação das contas, são consideradas impropriedades formais, resultando apenas na aplicação de ressalva.
3. Provimento do recurso para reformar o acórdão recorrido, no sentido de declarar as contas regulares com ressalvas e excluir a multa aplicada, com recomendação ao responsável ou a quem o tiver sucedido.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 8ª Sessão Ordinária Presencial do Tribunal Pleno, realizada em 24 de abril de 2024, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pelo **conhecimento** do Recurso Ordinário interposto pelo Sr. **Moacir Justino de Almeida**, por observância aos postulados de admissibilidade prescritos nos artigos 159 e seguintes RITCE/MS; e no mérito, pelo **provimento** do recurso, com o fim de reformar o **Acórdão – AC00 – 527/2020**, no seguinte sentido: **a)** pela **regularidade com ressalva** da prestação de contas Do Serviço Municipal de Água e Esgoto de Costa Rica, exercício **2014**, sob a responsabilidade do Sr. Moacir Justino de Almeida, nos termos do art. 59, II, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012; e pela consequente **exclusão da multa** aplicada no item 2 da reportada decisão; **b)** Por **recomendar** ao responsável, ou a quem o tiver sucedido, a adoção de medidas necessárias para a correção das impropriedades identificadas; e pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar n. 160/2012.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

Campo Grande, 24 de abril de 2024.

Conselheiro **Marcio Campos Monteiro** – Relator

Diretoria das Sessões dos Colegiados, 25 de junho de 2024.

**Alessandra Ximenes**
Chefe da Diretoria das Sessões dos Colegiados

## Tribunal Pleno Virtual

## Acórdão

**ACÓRDÃOS** do egrégio **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, proferidos na **5ª** Sessão Ordinária **VIRTUAL DO TRIBUNAL PLENO**, realizada de 27 a 29 de maio de 2024.

### ACÓRDÃO - AC00 - 1191/2024

PROCESSO TC/MS: TC/24009/2017
PROTOCOLO: 1835786
TIPO DE PROCESSO: CONVÊNIOS
ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL
JURISDICIONADO: NELSON BARBOSA TAVARES
INTERESSADO: FUNDAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE DOURADOS
VALOR: R$ 7.500.000,00
RELATOR: CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**EMENTA - CONVÊNIO – FORMALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS – DECURSO DE PRAZO – PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA – EXTINÇÃO – ARQUIVAMENTO.**
Reconhecida a prescrição da pretensão punitiva (art. 62 da Lei Complementar 160/2012; art. 187-A, II, do RITCE/MS), deixa-se de analisar o mérito, determinando a extinção e o arquivamento dos autos, nos termos do art. 4º, I, "f", 1, art. 186, V, "b", e art. 187- E, todos do RITCE/MS.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 5ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 27 a 29 de maio de 2024, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **extinção** e **arquivamento** dos presentes autos, considerando o reconhecimento da prescrição prevista no art. 62 da Lei Complementar 160/2012 c/c art. 187-A, II do RITCE/MS, nos termos do art. 4º, I, "f", 1, art. 186, V, "b", e art. 187- E, todos do RITCE/MS; e **intimação** do resultado deste julgamento ao interessado, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012.

Campo Grande, 29 de maio de 2024.

Conselheiro **Marcio Campos Monteiro** – Relator

### ACÓRDÃO - AC00 - 1194/2024

PROCESSO TC/MS: TC/7942/2023
PROTOCOLO: 2262352
TIPO DE PROCESSO: AUDITORIA
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRAO
JURISDICIONADO: JUVENAL CONSOLARO
RELATOR: CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**EMENTA - AUDITORIA – PREFEITURA MUNICIPAL – OBJETO – AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO – ACHADOS – NECESSIDADE DE ADEQUAÇÕES E REPAROS DAS INSTALAÇÕES DE UNIDADES ESCOLARES – NECESSIDADE DE REGULARIZAÇÃO JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS – EMISSÃO DOS ALVARÁS DE FUNCIONAMENTO – REGULARIDADE COM RESSALVA – RECOMENDAÇÃO.**
É declarada a regularidade com ressalva dos atos de gestão relacionados no Relatório de Auditoria, que avaliou as condições de infraestrutura das escolas da rede pública de ensino, em razão das impropriedades identificadas, as quais resultam nas recomendações à atual gestão, para a regularização de todas as unidades escolares, junto ao Corpo de Bombeiros, de modo a viabilizar a emissão dos alvarás de funcionamento, e correções dos problemas de infraestrutura nas unidades de ensino.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 5ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 27 a 29 de maio de 2024, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, em declarar **regular com ressalva** o Relatório de Auditoria n.º 75/2023 elaborado pela equipe técnica da Divisão de Fiscalização de Educação-DFE, após fiscalização na Prefeitura Municipal de Figueirão, nos termos do art. 59, II, da LC n.º 160/2012; e **recomendar** à atual gestão que: **a)** Providencie a regularização de todas as unidades escolares, junto ao Corpo de Bombeiros, de modo a viabilizar a emissão dos alvarás de funcionamento; e **b)** Promova as correções dos problemas de infraestrutura nas unidades de ensino, apontados pela equipe técnica.

Campo Grande, 29 de maio de 2024.

Conselheiro **Marcio Campos Monteiro** – Relator

**ACÓRDÃO - AC00 - 1196/2024**

PROCESSO TC/MS: TC/2972/2018/001
PROTOCOLO: 2249577
TIPO DE PROCESSO: RECURSO ORDINÁRIO
ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AQUIDAUANA
RECORRENTE: ODILON FERRAZ ALVES RIBEIRO
RELATOR: CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**EMENTA - RECURSO ORDINÁRIO – ACÓRDÃO – IRREGULARIDADE DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO – PUBLICAÇÃO INTEMPESTIVA DO EXTRATO NA IMPRENSA OFICIAL – APLICAÇÃO DE MULTA – CUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES LEGAIS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS – PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE – EXLUSÃO DA MULTA – RECOMENDAÇÃO – PROVIMENTO.**
1. Ainda que a publicação do extrato do aditivo ao contrato tenha sido extemporânea, verificam-se cumpridas as diretrizes legais traçadas pela norma legal e pelos princípios expressos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988, além das normas regimentalmente previstas por esta Corte Fiscal.
2. Impõe-se aplicar o registro de ressalva à regularidade do feito pelo descumprimento do prazo previsto para a publicidade do ato e excluir a multa arbitrada ao recorrente pela deficiência transcrita, com a expedição de recomendação ao atual gestor que passe a observar com maior rigor as normas aplicáveis à matéria, especialmente no que cinge aos prazos fixados por lei, em observância aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.
3. Conhecimento e provimento do recurso ordinário.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 5ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 27 a 29 de maio de 2024, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pelo **conhecimento** do **Recurso Ordinário** interposto pelo **Sr. Odilon Ferraz Alves Ribeiro**, por observância aos postulados de admissibilidade prescritos nos artigos 159 e seguintes RITCE/MS; no mérito, pelo **provimento** do recurso, reformando os comandos do **Acórdão – AC01 – 388/2022**, para o fim de substituir a multa aplicada no item II, "a", por recomendação, mantendo inalterados os demais itens da decisão recorrida; pela **recomendação** ao gestor, para que adote as providências necessárias consistente em maior rigor no cumprimento de prazos para a publicação de atos, conforme as legislações vigentes; e pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar n. 160/2012 c/c o artigo 99 do RITCE/MS.

Campo Grande, 29 de maio de 2024.

Conselheiro **Marcio Campos Monteiro** – Relator

Diretoria das Sessões dos Colegiados, 25 de junho de 2024.

**Alessandra Ximenes**
Chefe da Diretoria das Sessões dos Colegiados

## Segunda Câmara Virtual

### Acórdão

**ACÓRDÃOS** do egrégio **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, proferidos na **13ª** Sessão Ordinária **VIRTUAL DA SEGUNDA CÂMARA**, realizada de 3 a 6 de junho de 2024.

**ACÓRDÃO - AC02 - 167/2024**



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

PROCESSO TC/MS: TC/650/2024
PROTOCOLO: 2299886
TIPO DE PROCESSO: PROCEDIMENTO LICITATÓRIO / ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ÓRGÃO: MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/ SECRETARIA-EXECUTIVA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS-SECOMP
JURISDICIONADO: CARLOS CHRYSTIAN BORTOLETO BOREGA
INTERESSADOS: 1. PROSANIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA; 2. RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA; 3. JAVA MED MATERIAIS HOSPITALARES LTDA; 4. JUVENAL BATISTA DE OLIVEIRA EIRELI; 5. DU BOM DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOHOSPITALAR LTDA; 6. MOLIMED HOSPITALAR COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA
VALOR: R$ 7.187.565,62
RELATOR: CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**EMENTA - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – PREGÃO ELETRÔNICO – AQUISIÇÃO DE COMPRESSAS, ATADURAS E ALGODÃO PARA CURATIVOS – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS LEGAIS PRECONIZADAS PARA OS INSTRUMENTOS DA ESPÉCIE – REGULARIDADE.**
É declarada a regularidade do procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico e da ata de registro de preços, haja vista que os atos praticados atenderam as disposições legais à espécie, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c art. 121, I, do RITCE/MS.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 13ª Sessão Ordinária Virtual da Segunda Câmara, realizada de 3 a 6 de junho de 2024, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **regularidade** do procedimento licitatório Pregão Eletrônico n° 144/2023 e da Ata de Registro de Preços n° 001/2024, celebrado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, haja vista que os atos praticados atenderam as disposições legais à espécie, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c art. 121, inciso I, do RITCE/MS; e **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012.

Campo Grande, 6 de junho de 2024.

Conselheiro **Marcio Campos Monteiro** – Relator

**ACÓRDÃO - AC02 - 170/2024**

PROCESSO TC/MS: TC/11164/2023
PROTOCOLO: 2288463
TIPO DE PROCESSO: PROCEDIMENTO LICITATÓRIO / ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ÓRGÃO: MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE
JURISDICIONADO: ANDRÉ DE MOURA BRANDÃO
INTERESSADOS: 1- DIRECTA COMÉRCIO E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; 2- JUVENAL BATISTA DE OLIVEIRA EIRELI; 3- MOLIMED HOSPITALAR COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA; 4- DU BOM DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOHOSPITALAR LTDA
RELATOR: CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**EMENTA - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – PREGÃO ELETRÔNICO – AQUISIÇÃO DE LUVAS DE PROCEDIMENTO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – FORMALIZAÇÃO – AUSÊNCIA DA APRESENTAÇÃO DO CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA – REGULARIDADE COM RESSALVA – RECOMENDAÇÃO.**
1. Este Tribunal já decidiu no sentido de que a ausência de planilha de formação de custos não configura irregularidade, mas motivo para ressalva no julgamento regular do procedimento licitatório.
2. É declarada a regularidade com ressalva do procedimento licitatório e da ata de registro de preços, nos termos do art. 59, II, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c art. 121, inciso I, do RITCE/MS, com a formulação de recomendação ao responsável.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 13ª Sessão Ordinária Virtual da Segunda Câmara, realizada de 3 a 6 de junho de 2024, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela Declaração de **regularidade com ressalva** do Procedimento Licitatório Pregão Eletrônico n° 179/2023 e da Ata de Registro de Preços n° 94/2023, celebrado pelo Município de Campo Grande, haja vista que os atos praticados atenderam as disposições legais à espécie, nos termos do art. 59, II, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c art. 121, inciso I, do RITCE/MS; pela **recomendação** ao responsável para que passe a atentar para a apresentação do custo estimado da contratação no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, de modo a prevenir eventual impropriedade semelhante ou assemelhada, nos termos do art. 59, § 1°, II, da Lei Complementar n° 160/2012; e INTIMAÇÃO do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012.

Campo Grande, 6 de junho de 2024.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

Conselheiro **Marcio Campos Monteiro** – Relator

Diretoria das Sessões dos Colegiados, 25 de junho de 2024.

**Alessandra Ximenes**
Chefe da Diretoria das Sessões dos Colegiados

## Juízo Singular

## Conselheira Substituta Patrícia Sarmento dos Santos

## Decisão Singular

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 3885/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/1465/2024
**PROTOCOLO:** 2306558
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES LAGOAS
**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** ANGELO CHAVES GUERREIRO
**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO
**RELATORA:** CONS.ª SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

Trata o presente processo da análise, para fins de registro, dos Atos de Admissão de Pessoal, mediante concurso público, para provimento de cargos da estrutura funcional da Prefeitura Municipal de Três Lagoas.

A equipe da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência, manifestou-se pelo registro dos atos analisados.

O Ministério Público de Contas pronunciou-se pelo registro das nomeações em apreço.

É o relatório.

Cumpridos os pressupostos processuais e estando regularmente instruído, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n.º 98/2018.

Dada a natureza instrutória do relatório técnico (peça 52), nos termos da regra regimental insculpida no art. 110, § 8º, tenho que a manifestação do corpo técnico pelo registro do ato de admissão de pessoal concursado importa em adequação do ato às normas legais e constitucionais, bem como, nos termos do art. 147, I, do RI/TC/MS, na prévia manifestação desta Corte Contas quanto à legalidade dos atos relativos ao concurso público, o que ocorreu no TC/288/2024 (peça 24).

Diante do exposto, acolho a análise técnica e o Parecer Ministerial e com fundamento no art. 80, §1º do RI/TC/MS, decido:

I.Pelo **REGISTRO dos atos de admissão de pessoal concursado a seguir discriminados**, com fundamento nos artigos 21, III e 34, I, 'a' da Lei

| Remessa | Nome | CPF | Cargo | Data de Nomeação | Ato de Nomeação | Data da Posse |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 371527 | ADAILVA RODRIGUES GOMES | 307.880.358-94 | PROFESSOR | 19/01/2023 | 54 | 19/01/2023 |
| 371528 | ALESSANDRA CRISTINA DE LIMA BESERRA | 054.758.221-82 | ATENDENTE EDUCACAO INFANTIL | 19/01/2023 | 112 | 19/01/2023 |
| 371529 | ALEX SANDER BORGES | 260.743.648-69 | MONITOR DE INFORMATICA | 19/01/2023 | 162 | 19/01/2023 |
| 371530 | ALICE DA SILVA | 045.304.131-01 | ATENDENTE EDUCACAO INFANTIL | 19/01/2023 | 134 | 19/01/2023 |
| 371536 | ANA CAROLINA CONRADO | 062.349.381-08 | ATENDENTE EDUCACAO INFANTIL | 19/01/2023 | 139 | 19/01/2023 |
| 371537 | ANA CLAUDIA DE FARIAS GARCIA | 859.067.861-04 | PROFESSOR | 19/01/2023 | 52 | 19/01/2023 |
| 371539 | ANA ELISA BARBOSA VERON | 059.755.641-58 | TECNICO EM ENFERMAGEM | 18/04/2023 | 252 | 18/04/2023 |
| 371542 | ANDREIA ALVES NAKANO | 946.843.831-72 | PROFESSOR | 19/01/2023 | 87 | 19/01/2023 |
| 371543 | ANDREIA BERTALLI AFONSO | 033.362.821-79 | PROFESSOR | 11/04/2023 | 45 | 11/04/2023 |
| 371544 | ANDREIA QUINTILIANO AMARAL ALMEIDA | 777.142.371-04 | PROFESSOR | 19/01/2023 | 44 | 19/01/2023 |
| 371547 | ANTONIO EDUARDO LIMA DA SILVA | 362.693.058-02 | PROFESSOR | 19/01/2023 | 21 | 19/01/2023 |
| 371551 | BARBARA ELIDIANE BATISTA DA FONSECA | 047.360.751-47 | ATENDENTE EDUCACAO INFANTIL | 19/01/2023 | 100 | 19/01/2023 |
| 371555 | BRENDA EDUARDO DA SILVA SARAIVA | 028.845.961-00 | TECNICO EM ENFERMAGEM | 18/04/2023 | 249 | 18/04/2023 |

Complementar n.º 160/2012 c/c art. 11, I do RI/TCE/MS:



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 371556 | BRUNA RAFAELA MARANGONE | 445.598.418-61 | ATENDENTE EDUCACAO INFANTIL | 19/01/2023 | 101 | 19/01/2023 |
| 371558 | CAMILA CAMARGO LINS | 709.893.201-97 | PROFESSOR | 13/02/2023 | 169 | 13/02/2023 |
| 371559 | CAMILA PERES DE SOUZA | 437.340.378-32 | ASSISTENTE ADMINISTRATIVO | 19/01/2023 | 153 | 19/01/2023 |
| 371561 | CAROLINE MIGUEZ DE CARVALHO OLIVEIRA | 058.605.997-06 | TECNICO EM ENFERMAGEM | 18/04/2023 | 250 | 18/04/2023 |
| 371562 | CAROLLINE DE OLIVEIRA ANDRADE | 450.303.848-63 | TECNICO EM ENFERMAGEM | 06/03/2023 | 212 | 06/03/2023 |
| 371563 | CHEILA VALERIA DA SILVA LUSTOSA | 229.507.988-88 | PROFESSOR | 19/01/2023 | 47 | 19/01/2023 |
| 371564 | CHRYSTIAN MIGUEL DOS SANTOS | 056.572.121-69 | MONITOR DE INFORMATICA | 19/01/2023 | 159 | 19/01/2023 |
| 371566 | CLAUDIA DA SILVA SANTOS | 022.170.931-26 | PROFESSOR | 19/01/2023 | 32 | 19/01/2023 |
| 371568 | CLAUDINEIA DOS SANTOS DA SILVA | 024.318.631-23 | ATENDENTE EDUCACAO INFANTIL | 19/01/2023 | 91 | 19/01/2023 |
| 371569 | CRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA | 406.631.648-42 | TECNICO EM ENFERMAGEM | 06/03/2023 | 219 | 06/03/2023 |
| 371570 | DAIANE DA CONCEICAO MARTINS | 014.036.231-20 | MONITOR DE INFORMATICA | 19/01/2023 | 161 | 19/01/2023 |
| 371577 | DANIELLE DA SILVA RODRIGUES | 001.277.571-12 | ATENDENTE EDUCACAO INFANTIL | 19/01/2023 | 103 | 19/01/2023 |
| 371578 | DANILO MARTINS DO CARMO BONIFACIO | 376.817.768-85 | PROFESSOR | 19/01/2023 | 19 | 19/01/2023 |
| 371580 | DEBORA SHINTATE TORRES | 328.442.388-58 | MONITOR DE INFORMATICA | 19/01/2023 | 160 | 19/01/2023 |
| 371581 | DEISI KELEN DA SILVA FERREIRA | 035.815.101-54 | ATENDENTE EDUCACAO INFANTIL | 19/01/2023 | 138 | 19/01/2023 |
| 371582 | ROSILAINE ALVES PEREIRA | 264.709.638-46 | PROFESSOR | 19/01/2023 | 28 | 19/01/2023 |
| 371584 | DEISY THAMIRIS ARAUJO CAMPOS | 040.500.181-95 | PROFESSOR | 19/01/2023 | 39 | 19/01/2023 |
| 371586 | DENISE RUAS DE ABREU BELO DA SILVA BUSS | 881.550.641-15 | PROFESSOR | 19/01/2023 | 61 | 19/01/2023 |
| 371589 | SAAHA LIZIE FERREIRA DA SILVA | 392.241.238-64 | PROFESSOR | 19/01/2023 | 77 | 19/01/2023 |
| 371590 | DIDIR DE SOUZA ROMEIRO NETO | 053.390.211-81 | ASSISTENTE ADMINISTRATIVO | 19/01/2023 | 154 | 19/01/2023 |
| 371593 | EDMARI SALGUEIRO ALVES THEODORO | 033.559.921-43 | ATENDENTE EDUCACAO INFANTIL | 19/01/2023 | 109 | 19/01/2023 |
| 371595 | ELIANE TORRES LATA | 001.839.661-55 | PROFESSOR | 19/01/2023 | 31 | 19/01/2023 |
| 371608 | ROZANA DOS SANTOS DIAS | 006.701.671-50 | PROFESSOR | 19/01/2023 | 33 | 19/01/2023 |
| 371613 | VIVIANE GOMES DOS SANTOS | 954.959.671-00 | ATENDENTE EDUCACAO INFANTIL | 19/01/2023 | 106 | 19/01/2023 |
| 371614 | VERONICA DO NASCIMENTO FERREIRA | 031.226.101-24 | PROFESSOR | 19/01/2023 | 74 | 19/01/2023 |
| 371615 | ELIDIELI PRADO GONÇALVES | 833.994.022-87 | PROFESSOR | 19/01/2023 | 85 | 19/01/2023 |
| 371616 | ELISANGELA ALMEIDA DUETTES | 049.689.581-88 | ATENDENTE EDUCACAO INFANTIL | 19/01/2023 | 123 | 19/01/2023 |
| 371624 | VAGNER NASCIMENTO DOS SANTOS | 012.062.521-03 | MONITOR DE INFORMATICA | 19/01/2023 | 157 | 19/01/2023 |
| 371625 | ELISANGELA NANCY DE SOUZA SANTOS | 254.596.668-13 | ATENDENTE EDUCACAO INFANTIL | 19/01/2023 | 113 | 19/01/2023 |
| 371637 | EVELLYN CHRISTINE CACERES SANTANA | 018.552.501-60 | PROFESSOR | 19/01/2023 | 53 | 19/01/2023 |
| 371638 | TIAGO RODRIGUES DE FREITAS SANTOS | 041.690.491-28 | PROFESSOR | 19/01/2023 | 67 | 19/01/2023 |
| 371642 | SUZANA MARIA DE SOUZA CARVALHO | 418.710.408-92 | ATENDENTE EDUCACAO INFANTIL | 19/01/2023 | 97 | 19/01/2023 |
| 371643 | EVERTON DE OLIVEIRA FERNANDES | 009.899.101-99 | PROFESSOR | 19/01/2023 | 55 | 19/01/2023 |
| 371645 | FABIANA CARBONI MADEIRA | 280.012.938-74 | PROFESSOR | 19/01/2023 | 30 | 19/01/2023 |
| 371647 | FABIANA REGINA RODRIGUES SANTIAGO | 095.431.928-12 | PROFESSOR | 13/01/2023 | 82 | 19/01/2023 |
| 371649 | STHELA LOUIZE DE SOUZA E SOUZA | 058.198.721-77 | MONITOR DE INFORMATICA | 19/01/2022 | 156 | 19/01/2022 |
| 371650 | FADHUA DE MOURA COSTA | 019.810.531-23 | PROFESSOR | 19/01/2023 | 24 | 19/01/2023 |

II. **COMUNICAR** o resultado deste julgamento aos interessados, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012 c/c artigo 94 do Regimento Interno TC/MS.

Campo Grande/MS, 17 de junho de 2024.

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**
**Conselheira Substituta**
ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023.

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 3906/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/1476/2024
**PROTOCOLO:** 2306682
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IVINHEMA



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** EDER UILSON FRANÇA LIMA
**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO
**RELATORA:** CONS.ª SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

Trata o presente processo da análise, para fins de registro, dos Atos de Admissão de Pessoal, mediante concurso público, para provimento de cargos da estrutura funcional da Prefeitura Municipal de Ivinhema.

A equipe da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência manifestou-se pelo registro dos atos analisados.

O Ministério Público de Contas pronunciou-se pelo registro das nomeações em apreço.

É o relatório.

Cumpridos os pressupostos processuais e estando regularmente instruído, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n.º 98/2018.

Dada a natureza instrutória do relatório técnico (peça 12), nos termos da regra regimental insculpida no art. 110, § 8º, tenho que a manifestação do corpo técnico pelo registro do ato de admissão de pessoal concursado importa em adequação do ato às normas legais e constitucionais, bem como, nos termos do art. 147, I, do RI/TC/MS, na prévia manifestação desta Corte Contas quanto à legalidade dos atos relativos ao concurso público, o que ocorreu no TC/10806/2018 (peça 20).

Diante do exposto, acolho a análise técnica e o Parecer Ministerial e com fundamento no art. 80, §1º do RI/TC/MS, decido:

I. Pelo **REGISTRO dos atos de admissão de pessoal concursado a seguir discriminados**, com fundamento nos artigos 21, III e 34, I, 'a' da Lei Complementar n.160/2012 c/c art. 11, I do RI/TCE/MS:

| Remessa | Nome | CPF | Cargo | Data de Nomeação | Ato de Nomeação | Data da Posse |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 219044 | ANA ROSA CALDEIRA MOREIRA MASCULI YOTSUI | 018.689.091-58 | PSICOLOGO - PD VII | 02/03/2020 | 49 | 02/03/2020 |
| 223837 | FERNANDA VITORIA CATINI DIAS | 053.032.261-74 | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - PD I | 22/04/2020 | 193 | 22/04/2020 |
| 250106 | VANESSA RAMOS PASCOAL MENDONÇA | 026.673.501-03 | PSICOLOGO - PD VIII | 18/12/2020 | 664 | 18/12/2020 |
| 250107 | ANDREIA MUNHOZ DA SILVA | 012.300.581-76 | MOTORISTA - PD V | 18/12/2020 | 664 | 18/12/2020 |
| 250111 | LUIZ FERNANDO DA SILVA | 011.026.931-46 | MOTORISTA - PD V | 18/12/2020 | 664 | 18/12/2020 |
| 250112 | LEANDRO MANOEL MARTINS DOS SANTOS | 017.784.531-71 | MOTORISTA - PD V | 01/12/2020 | 155 | 01/12/2020 |
| 250156 | FERNANDA DA SILVA NARDEZ | 049.714.541-36 | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - PD I | 01/12/2020 | 628 | 01/12/2020 |
| 250157 | ROSIVANI DA SILVA ALVES | 008.267.421-30 | AGENTE COMUNITARIO SAUDE - PD V | 01/12/2020 | 628 | 01/12/2020 |
| 250158 | DANILO BARBOSA DE SOUZA | 043.760.111-00 | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - PD I | 01/12/2020 | 628 | 01/12/2020 |
| 250409 | GUSTAVO TEIXEIRA DE TOLEDO | 988.893.111-34 | MOTORISTA - PD V | 23/12/2020 | 628 | 23/12/2020 |

II. COMUNICAR o resultado deste julgamento aos interessados, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012 c/c artigo 94 do Regimento Interno TC/MS.

Campo Grande/MS, 17 de junho de 2024.

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**
**Conselheira Substituta**
ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023.

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 3934/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/1483/2024
**PROTOCOLO:** 2306761
**ÓRGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE IGUATEMI
**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** JESUS MILANE DE SANTANA
**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO
**RELATORA:** CONS.ª SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

Trata o presente processo da análise, para fins de registro, do Ato de Admissão de Pessoal mediante concurso público para provimento de cargo da estrutura funcional da Câmara Municipal de Iguatemi.

A equipe da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência manifestou-se pelo registro do ato analisado.

O Ministério Público de Contas pronunciou-se pelo registro da nomeação em apreço.

É o relatório.

Cumpridos os pressupostos processuais e estando regularmente instruído, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n.º 98/2018.

Dada a natureza instrutória do relatório técnico (peça 3), nos termos da regra regimental insculpida no art. 110, § 8º, tenho que a manifestação do corpo técnico pelo registro do ato de admissão de pessoal concursado importa em adequação do ato às normas legais e constitucionais, bem como, nos termos do art. 147, I, do RI/TC/MS, na prévia manifestação desta Corte Contas quanto à legalidade dos atos relativos ao concurso público, o que ocorreu no TC/1819/2021 (peça 57).

Diante do exposto, acolho a análise técnica e o Parecer Ministerial e com fundamento no art. 80, §1º do RI/TC/MS, decido:

I. Pelo **REGISTRO do ato de admissão de pessoal concursado a seguir discriminado**, com fundamento nos artigos 21, III e 34, I, 'a' da Lei Complementar n.º 160/2012 c/c art. 11, I do RI/TCE/MS:

| Remessa | Nome | CPF | Cargo | Data de Nomeação | Ato de Nomeação | Data da Posse |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **298816** | **FRANCIELI MOTTA DOS SANTOS** | **996.504.521-68** | **AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS** | **18/07/2016** | **6** | **18/07/2016** |

II. COMUNICAR o resultado deste julgamento aos interessados, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012 c/c artigo 94 do Regimento Interno TC/MS.

Campo Grande/MS, 17 de junho de 2024.

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**
**Conselheira Substituta**
ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023.

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 3969/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/1488/2024
**PROTOCOLO:** 2306834
**ÓRGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** CARLOS ALBERTO MORAES COIMBRA
**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO
**RELATORA:** CONS.ª SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

Trata o presente processo da análise, para fins de registro, dos Atos de Admissão de Pessoal mediante concurso público para provimento de cargos da estrutura funcional da Secretaria de Estado de Saúde.

A equipe da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência manifestou-se pelo registro dos atos analisados.

O Ministério Público de Contas pronunciou-se pelo registro das nomeações em apreço.

É o relatório.

Cumpridos os pressupostos processuais e estando regularmente instruído, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n.º 98/2018.

Dada a natureza instrutória do relatório técnico (peça 5), nos termos da regra regimental insculpida no art. 110, § 8º, tenho que a manifestação do corpo técnico pelo registro do ato de admissão de pessoal concursado importa em adequação do ato às



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

normas legais e constitucionais, bem como, nos termos do art. 147, I, do RI/TC/MS, na prévia manifestação desta Corte Contas quanto à legalidade dos atos relativos ao concurso público, o que ocorreu no TC/00388/2017 (peça 33).

Diante do exposto, acolho a análise técnica e o Parecer Ministerial e com fundamento no art. 80, §1º do RI/TC/MS, decido:

I. Pelo **REGISTRO dos atos de admissão de pessoal concursado a seguir discriminados**, com fundamento nos artigos 21, III e 34, I, 'a' da Lei Complementar n.º 160/2012 c/c art. 11, I do RI/TCE/MS:

| Remessa | Nome | CPF | Cargo | Data de Nomeação | Ato de Nomeação | Data da Posse |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **289675** | **MARIANA SPIRANDELI DALE VEDOVE DA SILVA** | **324.289.818-46** | **ESPECIALISTA DE SERVIÇOS DE SAÚDE - ENFERMEIRO** | **07/06/2018** | **9671** | **06/07/2018** |
| **289678** | **DIANA FIGUEIREDO DE SANTANA AQUINO** | **334.201.258-79** | **ESPECIALISTA DE SERVIÇOS DE SAÚDE - FARMACÊUTICO-BIOQUÍMICO** | **07/06/2018** | **6062018** | **06/07/2018** |
| **289679** | **ANTONIO CARLOS MORAES JUNIOR** | **922.752.061-91** | **ESPECIALISTA DE SERVIÇOS DE SAÚDE - FARMACÊUTICO-BIOQUÍMICO** | **07/06/2018** | **1123** | **06/07/2018** |

II. COMUNICAR o resultado deste julgamento aos interessados, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012 c/c artigo 94 do Regimento Interno TC/MS.

Campo Grande/MS, 18 de junho de 2024.

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**
**Conselheira Substituta**
ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023.

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 3979/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/1492/2024
**PROTOCOLO:** 2306865
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE VICENTINA
**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** MARCOS BENEDETTI HERMENEGILDO
**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO
**RELATORA:** CONS.ª SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

Trata o presente processo da análise, para fins de registro, dos Atos de Admissão de Pessoal mediante concurso público para provimento de cargos da estrutura funcional da Prefeitura Municipal de Vicentina.

A equipe da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência manifestou-se pelo registro dos atos analisados.

O Ministério Público de Contas pronunciou-se pelo registro das nomeações em apreço.

É o relatório.

Cumpridos os pressupostos processuais e estando regularmente instruído, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n.º 98/2018.

Dada a natureza instrutória do relatório técnico (peça 7), nos termos da regra regimental insculpida no art. 110, § 8º, tenho que a manifestação do corpo técnico pelo registro do ato de admissão de pessoal concursado importa em adequação do ato às normas legais e constitucionais, bem como, nos termos do art. 147, I, do RI/TC/MS, na prévia manifestação desta Corte Contas quanto à legalidade dos atos relativos ao concurso público, o que ocorreu no TC/10505/2018 (peça 7).

Diante do exposto, acolho a análise técnica e o Parecer Ministerial e com fundamento no art. 80, §1º do RI/TC/MS, decido:

I. Pelo **REGISTRO dos atos de admissão de pessoal concursado a seguir discriminados**, com fundamento nos artigos 21, III e 34, I, 'a' da Lei Complementar n.º 160/2012 c/c art. 11, I do RI/TCE/MS:



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

| Remessa | Nome | CPF | Cargo | Data de Nomeação | Ato de Nomeação | Data da Posse |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **362353** | **SANDRA LAURENTINO BARROS** | **005.035.111-70** | **GARI** | **03/01/2022** | **71** | **03/01/2022** |
| **362494** | **KELLY CRISTINA COSTA VIEIRA DIAS** | **023.416.401-84** | **ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO** | **03/01/2022** | **71** | **03/01/2022** |
| **362895** | **ROSIMEIRE DE GOIS TEIXEIRA** | **013.317.901-07** | **GARI** | **20/01/2022** | **71** | **20/01/2022** |
| **362919** | **ELTON DA SILVA CARDOSO** | **014.718.321-98** | **TECNICO EM CONTABILIDADE** | **17/01/2022** | **71** | **17/01/2022** |
| **363247** | **MARIA IZABEL DOS SANTOS** | **902.243.701-97** | **GARI** | **03/01/2022** | **71** | **03/01/2022** |

II. COMUNICAR o resultado deste julgamento aos interessados, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012 c/c artigo 94 do Regimento Interno TC/MS.

Campo Grande/MS, 18 de junho de 2024.

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**
**Conselheira Substituta**
ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023.

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 4070/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/1497/2024
**PROTOCOLO:** 2306972
**ÓRGÃO:** PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** REINALDO AZAMBUJA SILVA
**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO
**RELATORA:** CONS.ª SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

Trata o presente processo da análise, para fins de registro, dos Atos de Admissão de Pessoal mediante concurso público para provimento de cargos da estrutura funcional da Procuradoria Geral do Estado/PGE/MS.

A equipe da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência manifestou-se pelo registro dos atos analisados.

O Ministério Público de Contas pronunciou-se pelo registro das nomeações em apreço.

É o relatório.

Cumpridos os pressupostos processuais e estando regularmente instruído, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n.º 98/2018.

Dada a natureza instrutória do relatório técnico (peça 4), nos termos da regra regimental insculpida no art. 110, § 8º, tenho que a manifestação do corpo técnico pelo registro do ato de admissão de pessoal concursado importa em adequação do ato às normas legais e constitucionais, bem como, nos termos do art. 147, I, do RI/TC/MS, na prévia manifestação desta Corte Contas quanto à legalidade dos atos relativos ao concurso público, o que ocorreu no TC/4710/2023 (peça 32).

Diante do exposto, acolho a análise técnica e o Parecer Ministerial e com fundamento no art. 80, §1º do RI/TC/MS, decido:

I. Pelo **REGISTRO dos atos de admissão de pessoal concursado a seguir discriminados**, com fundamento nos artigos 21, III e 34, I, 'a' da Lei Complementar n.º 160/2012 c/c art. 11, I do RI/TCE/MS:

| Remessa | Nome | CPF | Cargo | Data de Nomeação | Ato de Nomeação | Data da Posse |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **387427** | **BEATRIZ SILVA SCHILLER** | **064.879.706-62** | **PROCURADOR DO ESTADO - CATEGORIA INICIAL** | **09/12/2022** | **807** | **06/01/2023** |
| **387428** | **DIENE FIGUEIRAL LACERDA** | **154.205.967-41** | **PROCURADOR DO ESTADO - CATEGORIA INICIAL** | **09/12/2022** | **808** | **06/01/2023** |

II. COMUNICAR o resultado deste julgamento aos interessados, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012 c/c artigo 94 do Regimento Interno TC/MS.

Campo Grande/MS, 19 de junho de 2024.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**
**Conselheira Substituta**
ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023.

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 3925/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/1515/2024
**PROTOCOLO:** 2307281
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS
**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** ANIZIO SOBRINHO DE ANDRADE
**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO
**RELATOR:** CONS. SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

Trata o presente processo da análise, para fins de registro, dos Atos de Admissão de Pessoal mediante concurso público para provimento de cargos da estrutura funcional da Prefeitura Municipal de Paraiso das Águas.

A equipe da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência manifestou-se pelo registro dos atos analisados.

O Ministério Público de Contas manifestou-se pelo registro das nomeações em apreço.

É o relatório.

Cumpridos os pressupostos processuais e estando regularmente instruído, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n.º 98/2018.

Dada a natureza instrutória do relatório técnico (peça 4), nos termos da regra regimental insculpida no art. 110, § 8º, tenho que a manifestação do corpo técnico pelo registro do ato de admissão de pessoal concursado importa em adequação do ato às normas legais e constitucionais, bem como, nos termos do art. 147, I, do RI/TC/MS, na prévia manifestação desta Corte de Contas quanto à legalidade dos atos relativos ao concurso público, o que ocorreu no TC/1918/2021 (peça 18).

Diante do exposto, acolho a análise técnica e o Parecer Ministerial e com fundamento no art. 80, §1º do RI/TC/MS, decido:

I. Pelo **REGISTRO dos atos de admissão de pessoal concursado a seguir discriminados**, com fundamento nos artigos 21, III e 34, I, 'a' da Lei Complementar n.º 160/2012 c/c art. 11, I do RI/TCE/MS:

| Remessa | Nome | CPF | Cargo | Data de Nomeação | Ato de Nomeação | Data da Posse |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **335292** | **SIMONE LUIZ DE CARVALHO ARAUJO** | **028.196.761-03** | **AUXILIAR DE COZINHA** | **22/08/2022** | **2633** | **22/08/2022** |
| **335293** | **ANGELITA FERREIRA DE SOUZA CARVALHO** | **920.924.891-00** | **AUXILIAR DE COZINHA** | **22/08/2022** | **2631** | **22/08/2022** |

II. COMUNICAR o resultado deste julgamento aos interessados, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012 c/c artigo 94 do Regimento Interno TC/MS.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 17 de junho de 2024.

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**
**Conselheira Substituta**
ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023.

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 3958/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/1518/2024
**PROTOCOLO:** 2307335
**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL
**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** ANDRE NOGUEIRA BORGES
**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO
**RELATOR:** CONS.ª SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

Trata o presente processo da análise, para fins de registro, do Ato de Admissão de Pessoal mediante concurso público para provimento de cargo da estrutura funcional da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural/AGRAER.

A equipe da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência manifestou-se pelo registro do ato analisado.

O Ministério Público de Contas manifestou-se pelo registro da nomeação em apreço.

É o relatório.

Cumpridos os pressupostos processuais e estando regularmente instruído, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n.º 98/2018.

Dada a natureza instrutória do relatório técnico (peça 3), nos termos da regra regimental insculpida no art. 110, § 8º, tenho que a manifestação do corpo técnico pelo registro do ato de admissão de pessoal concursado importa em adequação do ato às normas legais e constitucionais, bem como, nos termos do art. 147, I, do RI/TC/MS, na prévia manifestação desta Corte de Contas quanto à legalidade dos atos relativos ao concurso público, o que ocorreu no TC/4042/2023 (peça 26).

Diante do exposto, acolho a análise técnica e o Parecer Ministerial e com fundamento no art. 80, §1º do RI/TC/MS, decido:

I. Pelo **REGISTRO do ato de admissão de pessoal concursado a seguir discriminado**, com fundamento nos artigos 21, III e 34, I, 'a' da Lei Complementar n.º 160/2012 c/c art. 11, I do RI/TCE/MS:

| Remessa | Nome | CPF | Cargo | Data de Nomeação | Ato de Nomeação | Data da Posse |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **347627** | **CYCERO ADAME FENO** | **137.673.947-07** | **AGENTE DE SERVIÇOS SOCIOORGANIZACIONAIS** | **23/11/2022** | **11002** | **16/12/2022** |

II. COMUNICAR o resultado deste julgamento aos interessados, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012 c/c artigo 94 do Regimento Interno TC/MS.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 18 de junho de 2024.

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**
**Conselheira Substituta**
ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023.

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 4014/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/1569/2024
**PROTOCOLO:** 2308149
**ÓRGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** SAYLON CRISTIANO DE MORAES
**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO
**RELATOR:** CONS.ª SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

Trata o presente processo da análise, para fins de registro, do Ato de Admissão de Pessoal mediante concurso público para provimento de cargo da estrutura funcional da Câmara Municipal de Água Clara.

A equipe da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência manifestou-se pelo registro do ato analisado.

O Ministério Público de Contas manifestou-se pelo registro da nomeação em apreço.

É o relatório.

Cumpridos os pressupostos processuais e estando regularmente instruído, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n.º 98/2018.

Dada a natureza instrutória do relatório técnico de fls. 4-6, nos termos da regra regimental insculpida no art. 110, § 8º, tenho que a manifestação do corpo técnico pelo registro do ato de admissão de pessoal concursado importa em adequação do ato às



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

normas legais e constitucionais, bem como, nos termos do art. 147, I, do RI/TC/MS, na prévia manifestação desta Corte de Contas quanto à legalidade dos atos relativos ao concurso público, o que ocorreu no TC/1781/2021 (fls. 217-218).

Diante do exposto, acolho a análise técnica e o Parecer Ministerial e com fundamento no art. 80, §1º do RI/TC/MS, decido:

I. Pelo **REGISTRO do ato de admissão de pessoal concursado a seguir discriminado**, com fundamento nos artigos 21, III e 34, I, 'a' da Lei Complementar n.º 160/2012 c/c art. 11, I do RI/TCE/MS:

| Remessa | Nome | CPF | Cargo | Data de Nomeação | Ato de Nomeação | Data da Posse |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **289060** | **VICTORIA SOUZA GALINDO** | **005.454.071-25** | **RECEPCIONISTA** | **05/08/2021** | **12** | **05/08/2021** |

II. COMUNICAR o resultado deste julgamento aos interessados, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012 c/c artigo 94 do Regimento Interno TC/MS.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 18 de junho de 2024.

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**
**Conselheira Substituta**
ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023.

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 4019/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/1584/2024
**PROTOCOLO:** 2308472
**ÓRGÃO:** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO
**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO
**RELATOR:** CONS.ª SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

Trata o presente processo da análise, para fins de registro, do Ato de Admissão de Pessoal mediante concurso público para provimento de cargo da estrutura funcional da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS.

A equipe da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência manifestou-se pelo registro do ato analisado.

O Ministério Público de Contas manifestou-se pelo registro da nomeação em apreço.

É o relatório.

Cumpridos os pressupostos processuais e estando regularmente instruído, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n.º 98/2018.

Dada a natureza instrutória do relatório técnico (peça 3), nos termos da regra regimental insculpida no art. 110, § 8º, tenho que a manifestação do corpo técnico pelo registro do ato de admissão de pessoal concursado importa em adequação do ato às normas legais e constitucionais, bem como, nos termos do art. 147, I, do RI/TC/MS, na prévia manifestação desta Corte de Contas quanto à legalidade dos atos relativos ao concurso público, o que ocorreu no TC/1376/2021 (peça 8).

Diante do exposto, acolho a análise técnica e o Parecer Ministerial e com fundamento no art. 80, §1º do RI/TC/MS, decido:

I. Pelo **REGISTRO do ato de admissão de pessoal concursado a seguir discriminado**, com fundamento nos artigos 21, III e 34, I, 'a' da Lei Complementar n.º 160/2012 c/c art. 11, I do RI/TCE/MS:

| Remessa | Nome | CPF | Cargo | Data de Nomeação | Ato de Nomeação | Data da Posse |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **300718** | **NUBEA RODRIGUES XAVIER** | **652.457.091-04** | **PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR - DOCENTE - 40H** | **09/11/2021** | **211** | **01/12/2021** |



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

II. COMUNICAR o resultado deste julgamento aos interessados, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012 c/c artigo 94 do Regimento Interno TC/MS.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 18 de junho de 2024.

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**
**Conselheira Substituta**
ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023.

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 3302/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/8224/2022
**PROTOCOLO:** 2180949
**ÓRGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** ANTONIO CARLOS VIDEIRA
**TIPO DE PROCESSO:** SUPRIMENTO DE FUNDOS
**RELATORA:** CONS.ª SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

Trata-se de Prestação de Contas de Suprimento de Fundos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, de caráter sigiloso, destinada a custear despesas para atender às necessidades da Superintendência de Inteligência de Segurança Pública - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SISP/SEJUSP/MS, cuja documentação é apreciada com observância ao disposto no Decreto Estadual n.º 15.434/2020 e disposições regimentais que regem a matéria. O valor destinado foi de R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil).

Em análise preliminar, a Divisão de Fiscalização declarou a regularidade com ressalva da prestação de contas devido à ausência de documentação obrigatória, resultando em intimação ao jurisdicionado (ANA - DFLCP - 5176/2023 – peça 14).

Procedidos os trâmites processuais, após exame da documentação trazida aos autos pelo responsável, a Divisão de Fiscalização de Licitações, Contratação e Parcerias considerou sanada a impropriedade e manifestou-se pela regularidade da prestação de contas, com intempestividade na resposta à intimação (ANA - DFLCP – 7566/2024 – peça 27).

O Ministério Público de Contas, em seu Parecer PAR - 3ª PRC - 4391/2024 (peça 28), manifestou-se pela legalidade e regularidade das contas prestadas em virtude do cumprimento do Decreto 15.434/2020, opinando pela aplicação de multa por intempestividade da resposta à intimação.

É o relatório. Passo à decisão.

Em análise a prestação de contas do suprimento de fundos relativo às despesas de caráter sigiloso. A execução das despesas analisadas está sob o regramento definido no Decreto Estadual n.º 15.434/20, em especial quanto seguintes dispositivos:

- Art. 15, §2º, inciso III;
- Art. 15, §5º;
- Art. 17, inciso III;
- Art. 24, § 1º.

De acordo com a equipe técnica (peça 27) foi apresentada a totalidade dos documentos de instrução obrigatória, bem como, restaram cumpridas as determinações previstas no Decreto n.º 15.434/2020, sendo as contas em apreço prestadas a esta Corte de Contas com as cautelas previstas no art. 6º, inciso III da Lei n.º 12.527/2011, sem que fossem detectadas irregularidades na documentação apresentada.

Destarte, atinente a Procuradoria de Contas ter opinado pela aplicação de multa por intempestividade na resposta à intimação, deixo de penalizar o responsável em razão aos princípios da boa-fé, da razoabilidade e da proporcionalidade, visto que o atraso incorreu em apenas 2 (dois) dias, conforme se depreende à fl. 37 da peça 27.

Ante o exposto, DECIDO:

**1**. Pela **REGULARIDADE** da Prestação de Contas de Suprimento de Fundos concedida pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública/SEJUSP/MS, **objeto da Nota de Empenho 2022NE000847**, haja vista que os atos praticados atenderam as disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar n.º 160/2012;



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

**2.** Pela **INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, nos termos do art. 50 da Lei Complementar n.º 160/2012.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 23 de maio de 2024.

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**
**Conselheira Substituta**
ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023.

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 3851/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/18641/2022
**PROTOCOLO:** 2218914
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CARACOL
**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** CARLOS HUMBERTO PAGLIOSA
**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO
**RELATOR:** CONS.ª SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

Trata o presente processo da análise da formalização do Contrato nº 111/2022, celebrado entre o Município de Caracol e a empresa Lopes & Lopes Construtora e Empreiteira Ltda - EPP, em decorrência da Ata de Registro de Preços n.º 43/2021, originada do procedimento licitatório Pregão Presencial n.º 060/2021, tendo por objeto a aquisição futura de material de consumo do tipo suporte de madeira, placas de chapa de aço galvanizado, tinta de marcação viária, solvente, colete refletivo, fitas de isolamento, rolo de lã e cavalete, para implantação e substituição da sinalização viária de trânsito, no valor de R$ 7.457,44 (sete mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e quarenta e quatro centavos).

A Divisão de Fiscalização manifestou-se por meio da análise ANA - DFLCP - 8509/2024 (peça 8) pela extinção e consequente arquivamento do processo, haja vista que a documentação relativa à formalização do Contrato (peça 4) não alcançou o valor de remessa obrigatória de R$ 70.000,00 (setenta mil reais).

No mesmo sentido, manifestou-se a Procuradoria de Contas (PAR - 3ª PRC - 5456/2024 – peça 10).

É o relatório.

Assiste razão à equipe técnica e ao Ministério Público de Contas. Considerando-se que a formalização do Contrato não atingiu o valor mínimo de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), conforme alínea “b” do inciso II do art. 18, c/c a alínea “b” do inciso I do art. 25, ambos do Manual de Peças Obrigatórias, o arquivamento dos presentes autos é medida que se impõe, uma vez que a remessa foi efetuada em desacordo com os normativos desta Corte de Contas.

Diante do exposto, acompanho a análise técnica e com fundamento no art. 80, §1º do RI/TC/MS, decido:

1. Pela **EXTINÇÃO E ARQUIVAMENTO** do presente processo, face à ausência de objeto para análise, nos termos da alínea “a” do inciso V do art. 11, da Resolução TCE/MS n.º 98/2018;

2. Pela **INTIMAÇÃO** do interessado acerca do resultado do julgamento, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012.

Campo Grande/MS, 12 de junho de 2024.

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**
**Conselheira Substituta**
ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023.

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 3687/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/2415/2020
**PROTOCOLO:** 2026549
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU
**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** MAURILIO FERREIRA AZAMBUJA
**TIPO DE PROCESSO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

**RELATOR:** CONS. SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

Trata-se de processo relativo a procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n.º 2/2020 que deu origem à Ata de Registro de Preços n.º 5/2020, realizado entre o Município de Maracaju e as empresas Comercial K & D Ltda – EPP; Comercial T & C Ltda – EPP; Fábio Carlos Dutra – ME; JChagas Alimentos Ltda; M.X.A. Representação Comercial, Comércio e Serviços; Schwinn & Cia Ltda e União Hortifruti Eireli - ME tendo como responsável o Sr**.** Maurílio Ferreira Azambuja.

Procedido ao julgamento dos autos através do Acórdão AC01 - 70/2021, o procedimento licitatório e a formalização da ata foram declarados irregulares, bem como o responsável foi multado em 30 (trinta) UFERMS (peça 42).

O Ministério Público de Contas opinou pela baixa da responsabilidade do gestor, haja vista o pagamento da multa, devendo os autos serem remetidos para a divisão técnica para subsidiar a análise das respectivas contratações (PAR - 3ª PRC - 5673/2024 - peça 69).

É o relatório.

Embora o Ministério Público de Contas tenha opinado pelo encaminhamento dos autos à Divisão competente para acompanhamento das contratações posteriores, verifica-se que o objeto do certame foi adjudicado a 7 (sete) empresas (peça 18), o que atrai a aplicação do art. 124, inciso IV do Regimento Interno do TCE/MS, culminando na análise isolada das fases subsequentes.

Sendo assim, com o trânsito em julgado da decisão a única providência pendente para consumação do controle externo (RI/TC/MS – art. 187, II, 'a') nestes autos era o pagamento da multa aplicada, que foi quitada no dia 02/02/2023 em adesão aos benefícios decorrentes do REFIC, instituído pela Lei 5.913/2022, conforme certidão de peça 62.

Ante o exposto, DECIDO:

**1.** Pelo encaminhamento dos autos a Gerência de Controle Institucional, para que seja procedida a respectiva **baixa de responsabilidade** do interessado, bem como, para nos termos do artigo 187 do Regimento Interno, processar-se às devidas anotações, e demais providências cabíveis;

**2.** Pela **EXTINÇÃO e consequente arquivamento** do presente processo, com fulcro art. 6º, parágrafo único da Instrução Normativa PRE/TCMS n.º 24, de 01 de agosto de 2022 c/c art. 186, V, "a", do Regimento Interno;

**3.** Pela **INTIMAÇÃO** do interessado acerca do resultado do julgamento, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 06 de junho de 2024.

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**
**Conselheira Substituta**
ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023.

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 3695/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/4601/2016
**PROTOCOLO:** 1670704
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA RICA
**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** WALDELI DOS SANTOS ROSA
**TIPO DE PROCESSO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO
**RELATOR:** CONS.ª SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

Trata-se de processo relativo a procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n.º 124/2015 que deu origem a Ata de Registro de Preços n.º 07/2016 realizado entre a Prefeitura Municipal de Costa Rica e as empresas Mercado Veratti Ltda; Supermercado Guanabara Ltda e Tarrafão Dez Ltda ME, tendo como responsável o Sr**.** Waldeli dos Santos Rosa.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

Procedido ao julgamento dos autos através do Acórdão AC01 - 99/2017 (peça 26), o procedimento licitatório e a formalização da ata foram declarados regulares, contudo, o responsável foi multado em 10 (dez) UFERMS pela remessa intempestiva dos documentos.

O Ministério Público de Contas opinou pela baixa da responsabilidade do gestor, haja vista o pagamento da multa, devendo os autos serem remetidos para a equipe técnica para subsidiar a análise das respectivas contratações (PAR - 3ª PRC - 5307/2024 - peça 45).

É o relatório.

Embora o Ministério Público de Contas tenha opinado pelo encaminhamento dos autos à Divisão competente para acompanhamento das contratações posteriores, verifica-se que o objeto do certame foi adjudicado a 3 (três) empresas (peça 15), o que atrai a aplicação do art. 124, inciso IV do Regimento Interno do TCE/MS, culminando na análise isolada das fases subsequentes.

Sendo assim, com o trânsito em julgado da decisão a única providência pendente para consumação do controle externo (RI/TC/MS – art. 187, II, 'a') nestes autos, era o pagamento da multa aplicada, que foi quitada no dia 13/08/2020 em adesão ao REFIS, instituído pela Lei n.º 5.454/2019, conforme certificado de peça 37.

Diante do exposto, acompanho o parecer ministerial e com fundamento no art. 80, §1º do RI/TC/MS, decido:

**1.** Pelo encaminhamento dos autos a Gerência de Controle Institucional, para que seja procedida a respectiva **baixa de responsabilidade** do interessado, bem como, para nos termos do artigo 187 do Regimento Interno, processar-se às devidas anotações, e demais providências cabíveis;

**2.** Pela **EXTINÇÃO e consequente arquivamento** do presente processo, com fulcro art. 6º, parágrafo único da Instrução Normativa PRE/TCMS n.º 24, de 01 de agosto de 2022 c/c art. 186, V, "a", do Regimento Interno;

**3.** Pela **INTIMAÇÃO** do interessado acerca do resultado do julgamento, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012;

É a decisão.

Campo Grande/MS, 06 de junho de 2024.

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**
**Conselheira Substituta**
ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023.

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 3918/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/1509/2024
**PROTOCOLO:** 2307188
**ÓRGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE IGUATEMI
**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** JESUS MILANE DE SANTANA
**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO
**RELATOR:** CONS.ª SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

Trata o presente processo da análise, para fins de registro, do Ato de Admissão de Pessoal mediante concurso público para provimento de cargo da estrutura funcional da Câmara Municipal de Iguatemi.

A equipe da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência manifestou-se pelo registro do ato analisado.

O Ministério Público de Contas manifestou-se pelo registro da nomeação em apreço.

É o relatório.

Cumpridos os pressupostos processuais e estando regularmente instruído, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n.º 98/2018.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

Dada a natureza instrutória do relatório técnico (peça 3), nos termos da regra regimental insculpida no art. 110, § 8º, tenho que a manifestação do corpo técnico pelo registro do ato de admissão de pessoal concursado importa em adequação do ato às normas legais e constitucionais, bem como, nos termos do art. 147, I, do RI/TC/MS, na prévia manifestação desta Corte de Contas quanto à legalidade dos atos relativos ao concurso público, o que ocorreu no TC/1819/2021 - peça 57.

Diante do exposto, acolho a análise técnica e o Parecer Ministerial e com fundamento no art. 80, §1º do RI/TC/MS, decido:

I. Pelo **REGISTRO do ato de admissão de pessoal concursado a seguir discriminado**, com fundamento nos artigos 21, III e 34, I, 'a' da Lei Complementar n.º 160/2012 c/c art. 11, I do RI/TCE/MS:

| Remessa | Nome | CPF | Cargo | Data de Nomeação | Ato de Nomeação | Data da Posse |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **300797** | **REURIANNI MORANDI PADILHA** | **084.164.969-35** | **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO** | **02/04/2018** | **16** | **02/04/2018** |

II. COMUNICAR o resultado deste julgamento aos interessados, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012 c/c artigo 94 do Regimento Interno TC/MS.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 17 de junho de 2024.

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**
**Conselheira Substituta**
ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023.

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 3890/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/10348/2020
**PROTOCOLO:** 2072534
**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE RIO BRILHANTE
**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** MARIA DO CARMO JUNQUEIRA LIMA
**TIPO DE PROCESSO:** APOSENTADORIA
**RELATOR:** CONS.ª SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

Trata o presente processo da análise, para fins de registro, da legalidade da concessão de Aposentadoria Voluntária à servidora Rosália Dos Santos Almeida, concedida através da Portaria n.º 037/2020-PREVBRILHANTE.

A Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (ANA - FTAC - 3496/2024 – peça 16), manifestou-se pelo registro do ato concessório.

O Ministério Público de Contas, em seu Parecer PAR - 2ª PRC - 3712/2024 – peça 17, acompanhou o entendimento técnico opinando pelo registro da aposentadoria em apreço.

É o relatório. Passo à decisão.

Cumpridos os pressupostos processuais e estando regularmente instruído, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n.º 98/2018.

Dada a natureza instrutória do relatório técnico de peça 16, nos termos da regra regimental insculpida no art. 110, § 8º, tenho que a manifestação do corpo técnico pela legalidade do ato concessório importa em adequação do ato às normas constitucionais, legais e regimentais que regem a concessão de aposentadoria na esfera pública, quais sejam: o implemento dos requisitos constitucionais para concessão descritos no ato concessório de peça 11, data de ingresso no serviço público, tempo de contribuição, idade mínima, dentre outros; bem como a fixação dos proventos de inatividade (peça 10), que foram fixados integrais com base na última remuneração do cargo efetivo da servidora, em conformidade com as normas constitucionais e legais.

Diante do exposto, acolho a análise técnica e o Parecer Ministerial e com fundamento no art. 80, §1º do RI/TC/MS, decido:

1. Pelo **REGISTRO** do ato concessório de aposentadoria a seguir discriminado, com fundamento no artigo 21, III, c/c o artigo 34, I, "b", da Lei Complementar n.º 160/2012 e artigo 11, I, da Resolução Normativa TCE/MS n.º 98/2018:



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

Nome: **ROSÁLIA DOS SANTOS ALMEIDA**
CPF: 447.977.291-04
Cargo: Professora – Matrícula: 774
Órgão de Origem: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos
Ato Concessório: Portaria n.º 037/2020-PREVBRILHANTE

É a decisão.

Publique-se o julgamento no DOTCE/MS, em conformidade com o artigo 65 da Lei Complementar n.º 160/2012.

Campo Grande/MS, 17 de junho de 2024.

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**
**Conselheira Substituta**
ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023.

## Conselheiro Substituto Célio Lima de Oliveira

### Decisão Singular

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 3908/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/1482/2024
**PROTOCOLO:** 2306760
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI
**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** LIDIO LEDESMA
**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO
**RELATOR:** CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA (ATO CONVOCATÓRIO N. 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

**ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL. NOMEAÇÃO. REGISTRO.**

Trata-se de processo de ato de admissão de pessoal decorrente de aprovação em concurso público, em que se analisa a nomeação da servidora Sonia dos Santos Ferreira, no cargo efetivo de Atendente de Saúde.

A Divisão de Fiscalização, por meio da Análise ANA - DFAPP – 2328/2024 (peça 3) e o Ministério Público de Contas em seu Parecer PAR - 2ª PRC – 4854/2024 (peça 4), manifestaram pelo Registro do ato em apreço.

É o relatório.

Preliminarmente, com fundamento no art. 4º, III, "a", c/c arts. 10 e 11, I, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018 (RITCE/MS), em razão da matéria, a competência para o julgamento do feito é do Juízo Singular.

Constata-se que foram observadas as disposições regimentais, razão pela qual se passa à análise do mérito que recai sobre o exame e o julgamento da matéria relativa ao Ato de Pessoal, conforme consta do art. 21, III c/c 34, I, "a", da Lei Complementar Estadual n. 160/2012 (LOTCE/MS).

Verifica-se que por meio de análise simplificada, considerando o Provimento TCE-MS n. 58/2024, a Divisão de Fiscalização se manifestou pelo registro da admissão, destacando que o registro é passível de reapreciação em caso de indício de ilegalidade. Entendimento que se acompanha.

Ante o exposto, acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

**I – PELO REGISTRO** da nomeação da servidora Sonia dos Santos Ferreira, inscrita no CPF sob o n. 005.359.461-47, no cargo efetivo de Atendente de Saúde, na estrutura funcional da Prefeitura Municipal de Iguatemi, com fundamento nas regras dos arts. 21, III, e art. 34, I, "a", da LOTCE/MS;

**II - PELA REMESSA** dos autos à Gerência de Controle Institucional para **INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da LOTCE/MS, e encaminhamentos de que trata o art. 187, § 2º e § 3º, II, "a", do RITCE/MS.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

Campo Grande/MS, 18 de junho de 2024.

**CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 4099/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/10730/2021
**PROTOCOLO:** 2128452
**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DO TABOADO
**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** CRISTIANE MENDES VIEIRA NEVES
**TIPO DE PROCESSO:** APOSENTADORIA
**RELATOR:** CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA (ATO CONVOCATÓRIO N. 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO. APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. REGISTRO.**

Versam os autos sobre a concessão de aposentadoria voluntária, por parte do Instituto de Previdência do Município de Aparecida do Taboado, à servidora Josefa Manoelina de Jesus, ocupante do cargo de Guarda.

No transcorrer da instrução processual, a Equipe Técnica, mediante a Análise ANA - FTAC – 6435/2024 (peça 25), e o Ministério Público de Contas, em seu Parecer PAR - 2ª PRC – 5073/2024 (peça 26), manifestaram-se pelo Registro do ato em apreço, na medida em que foram cumpridas as exigências regimentais e legais pertinentes.

É o relatório.

Preliminarmente, consoante art. 4º, III, “a”, c/c arts. 10 e 11, I, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018 (RITCE/MS), em razão da matéria, a competência para o julgamento do feito é do Juízo Singular.

Constata-se que foram observadas as disposições regimentais, razão pela qual se passa à análise do mérito, que recai sobre o exame e julgamento de matéria relativa a Ato de Pessoal, conforme consta do art. 21, III, c/c 34, I, “b”, da Lei Complementar Estadual n. 160/2012 (LOTCE/MS).

Verifica-se que a concessão da aposentadoria voluntária observou a legislação aplicável à matéria, estando amparada nos termos do art. 40, § 1º, III, "b" da Constituição Federal, e art. 39, III, "b" da Lei Municipal n. 1.068/2005, conforme Portaria IPAMAT n. 26/2021, publicada no Diário Oficial da ASSOMASUL n. 2923 em 1º de setembro de 2021.

Ante o exposto, acolhendo o Parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

**I - PELO REGISTRO** da concessão de aposentadoria voluntária à servidora Josefa Manoelina de Jesus, inscrita no CPF sob o n. 653.585.461-20, ocupante do cargo de Guarda, conforme Portaria IPAMAT n. 26/2021, publicada no Diário Oficial da ASSOMASUL n. 2.923 em 1º de setembro de 2021, com fundamento nas regras dos arts. 21, III, e 34, I, “b”, da LOTCE/MS;

**II - PELA REMESSA** dos autos a Gerência de Controle Institucional para **INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da LOTCE/MS, e encaminhamentos de que trata o art. 187, § 2º e § 3º, II, “a”, do RITCE/MS.

Campo Grande/MS, 19 de junho de 2024.

**CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 3852/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/7135/2021
**PROTOCOLO:** 2112482
**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE TRES LAGOAS - TRES LAGOAS PREVIDENCIA
**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** DIRCEU GARCIA DE OLIVEIRA JUNIOR
**TIPO DE PROCESSO:** APOSENTADORIA
**RELATOR:** CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA (ATO CONVOCATÓRIO N. 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. REGISTRO.**



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

Versam os autos sobre a concessão de aposentadoria voluntária, por parte do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Três Lagoas, à servidora Cleide Ferreira Neves, ocupante do cargo de Merendeira.

No transcorrer da instrução processual, a Equipe Técnica mediante a Análise "ANA - FTAC – 5197/2024" (peça 17), e o Ministério Público de Contas, em seu Parecer "PAR - 2ª PRC – 4101/2024" (peça 18), manifestaram pelo Registro do ato em apreço, na medida em que foram cumpridas as exigências regimentais e legais pertinentes.

É o relatório.

Preliminarmente, consoante art. 4º, III, "a", c/c arts. 10 e 11, I, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018 (RITCE/MS), em razão da matéria, a competência para o julgamento do feito é do Juízo Singular.

Constata-se que foram observadas as disposições regimentais, razão pela qual se passa à análise do mérito, que recai sobre o exame e julgamento de matéria relativa a Ato de Pessoal, conforme consta do art. 21, III c/c 34, I, "b", da Lei Complementar Estadual n. 160/2012 (LOTCE/MS).

Verifica-se que a concessão da aposentadoria voluntária, fixada com proventos integrais, observou a legislação aplicável à matéria, estando amparada nos termos do art. 40, §1º, III, "a", da CF, com redação dada pela EC n. 20/1998, e no art. 6º da EC n. 41/2003, c/c art. 140 da Lei Municipal n. 2.808/2014, conforme Portaria n. 44/2021, publicada no Diário Oficial da ASSOMASUL, n. 2.859, em 01/06/2021.

Ante o exposto, acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

**I - PELO REGISTRO** da concessão de aposentadoria voluntária à servidora Cleide Ferreira Neves, inscrita no CPF sob o n. 051.573.848-40, ocupante do cargo de Merendeira, conforme Portaria n. 44/2021, publicada no Diário Oficial da ASSOMASUL, n. 2.859, em 01/06/2021, com fundamento nas regras dos arts. 21, III, e 34, I, "b", da LOTCE/MS;

**II - PELA REMESSA** dos autos a Gerência de Controle Institucional para **INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da LOTCE/MS, e encaminhamentos de que trata o art. 187, § 2º e § 3º, II, "a", do RITCE/MS.

Campo Grande/MS, 18 de junho de 2024.

**CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 3855/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/9225/2021
**PROTOCOLO:** 2121974
**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE TRES LAGOAS - TRES LAGOAS PREVIDENCIA
**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** DIRCEU GARCIA DE OLIVEIRA JUNIOR
**TIPO DE PROCESSO:** APOSENTADORIA
**RELATOR:** CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA (ATO CONVOCATÓRIO N. 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. REGISTRO.**

Versam os autos sobre a concessão de aposentadoria voluntária, por parte do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Três Lagoas, à servidora Maria José Ferreira de Alvarenga Silveira, ocupante do cargo de Professor.

No transcorrer da instrução processual, a Equipe Técnica mediante a Análise "ANA - FTAC – 5359/2024" (peça 17), e o Ministério Público de Contas, em seu Parecer "PAR - 2ª PRC – 3956/2024" (peça 18), manifestaram pelo Registro do ato em apreço, na medida em que foram cumpridas as exigências regimentais e legais pertinentes.

É o relatório.

Preliminarmente, consoante art. 4º, III, "a", c/c arts. 10 e 11, I, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018 (RITCE/MS), em razão da matéria, a competência para o julgamento do feito é do Juízo Singular.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

Constata-se que foram observadas as disposições regimentais, razão pela qual se passa à análise do mérito, que recai sobre o exame e julgamento de matéria relativa a Ato de Pessoal, conforme consta do art. 21, III c/c 34, I, "b", da Lei Complementar Estadual n. 160/2012 (LOTCE/MS).

Verifica-se que a concessão da aposentadoria voluntária, fixada com proventos integrais, observou a legislação aplicável à matéria, estando amparada nos termos do art. 40, §1º, III, "a", da CF, c/c o art. 3º da EC n. 47/2005, c/c art. 141, da Lei Municipal n. 2.808/2014, conforme Portaria n. 74/2021, publicada no Diário Oficial da ASSOMASUL, n. 2.900, em 30/07/2021.

Ante o exposto, acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

**I - PELO REGISTRO** da concessão de aposentadoria voluntária à servidora Maria José Ferreira de Alvarenga Silveira, inscrita no CPF sob o n. 366.192.051-00, ocupante do cargo de Professor, conforme Portaria n. 74/2021, publicada no Diário Oficial da ASSOMASUL, n. 2.900, em 30/07/2021, com fundamento nas regras dos arts. 21, III, e 34, I, "b", da LOTCE/MS;

**II - PELA REMESSA** dos autos a Gerência de Controle Institucional para **INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da LOTCE/MS, e encaminhamentos de que trata o art. 187, § 2º e § 3º, II, "a", do RITCE/MS.

Campo Grande/MS, 18 de junho de 2024.

**CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 5490/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/14641/2022
**PROTOCOLO:** 2203305
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAS DO RIO PARDO
**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** NIZAEL FLORES DE ALMEIDA
**TIPO DE PROCESSO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO
**RELATOR:** CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA (ATO CONVOCATÓRIO N. 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

**CONTRATAÇÃO PÚBLICA – PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAS DO RIO PARDO – DUPLICIDADE PROCESSUAL - EXTINÇÃO.**

Trata-se de procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 38/2022 e da formalização da Ata de Registro de preço nº 029/2022, realizados pela Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo, tendo como objeto registro de preços para locação de ônibus e micro-ônibus para atender às necessidades das Secretarias de Educação e Assistência Social do Município.

A Divisão de Fiscalização de Gestão de Educação, no Despacho DSP – DFE – 12741/2023 (peça 26), informa que os mesmos documentos já foram autuados em autos apartados, Processo TC/14634/2022, motivo pelo qual sugere o arquivamento dos autos.

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR – 3ª PRC – 6361/2023 (peça 33), opinando pela extinção e arquivamento dos autos, pela autuação em duplicidade.

É o relatório.

Após análise dos autos e concordando com o entendimento manifestado pela Divisão Especializada e Ministério Público de Contas, observamos que os documentos do Pregão Presencial nº 38/2022 e da Ata de Registro de Preços nº 29/2022 também foram autuados no processo TC/14634/2022, em trâmite neste Tribunal. Portanto, esta documentação foi apresentada em duplicidade.

Asism, a fim de evitar uma segunda apreciação do mesmo ato, este processo deve ser extinto, conforme estabelecido no art. 4º, I, "f" 1, e art. 11, V, "a", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS nº 98/2018.

Ante o exposto, **DECIDO:**

**I – PELA EXTINÇÃO** deste processo, com o consequente arquivamento dos autos, tendo em vista a autuação em duplicidade, com fundamento no art. 4º, I, "f" 1, e art. 11, V, "a", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS nº 98/2018;



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

**II - PELA REMESSA** dos autos à Gerência de Controle Institucional para **INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar Estadual n.º 160/2012.

Campo Grande/MS, 20 de junho de 2024.

**CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 3217/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/1999/2024
**PROTOCOLO:** 2314435
**ÓRGÃO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA REGIAO CENTRAL DE MS
**JURISDICIONADO:** ADRIANE BARBOSA NOGUEIRA LOPES
**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO
**RELATOR:** CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA (ATO CONVOCATÓRIO N. 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

**CONTROLE PRÉVIO. PREGÃO. IRREGULARIDADES CONSTATADAS. LIMINAR DEFERIDA. SANEAMENTO PARCIAL. REVOGAÇÃO DE LIMINAR. PERDA DE CARÁTER PREVENTIVO. DIFERIDO PARA CONTROLE POSTERIOR. ARQUIVAMENTO.**

Trata-se de Controle Prévio em relação ao Pregão Eletrônico n. 4/2024, do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região Central de Mato Grosso do Sul, tendo como objeto o Registro de Preços para a aquisição e instalação de ar condicionado tipo splits.

A Divisão de Fiscalização apontou irregularidades no edital do pregão e solicitou medida cautelar (peça 12), o que levou a Decisão Liminar DLM - G.WNB - 38/2024 que determinou a suspensão do certame (peça 13).

Intimado, o jurisdicionado prestou esclarecimentos e defendeu o procedimento licitatório (peças 21-23).

Em reanálise, a equipe técnica considerou parcialmente sanadas as irregularidades (peça 26), o que levou a decisão pela revogação da liminar (peça 27).

Em sequência, o Ministério Público de Contas opinou pelo arquivamento deste processo, com reexame em Controle Posterior, inclusive sobre as irregularidades apontadas nestes autos (peça 41).

É o Relatório. Passo à Decisão.

O processo de Controle Prévio tem a finalidade preventiva de corrigir irregularidades nos atos preparatórios e no edital licitatório.

Considerando que durante seu exame foi constatado o saneamento de algumas irregularidades suscitadas, com a liminar inicialmente concedida sendo revogada, o caminho natural deste processo é o arquivamento, considerando que restou superada a etapa preventiva.

Essa também é a posição do Ministério Público de Contas, ao considerar que diante da fase avançada do certame as irregularidades aqui declinadas devem ser examinadas no processo de Controle Posterior.

Dessa forma, cabe o arquivamento deste controle prévio e o exame da licitação em sede de Controle Posterior, onde poderão ser aplicadas eventuais penalidades caso confirmadas as irregularidades apontadas e prejuízos advindos.

**DISPOSITIVO**

Diante disso, acolhendo o Parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

I – **PELA EXTINÇÃO E ARQUIVAMENTO** deste Controle Prévio, conforme art. 152, II, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS nº 98/ 2018, sem prejuízo ao exame posterior do procedimento licitatório;

II – **PELA REMESSA** dos autos à Gerência de Controle Institucional para **INTIMAÇÃO** dos termos da decisão ao interessado, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar Estadual n. 160/2012.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

Campo Grande/MS, 20 de junho de 2024.

**CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 2821/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/8722/2023
**PROTOCOLO: 2268766**
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
**JURISDICIONADO:** RUDI PAETZOLD
**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO
**RELATOR:** CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA (ATO CONVOCATÓRIO N. 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

**CONTROLE PRÉVIO. PREGÃO. INTEMPESTIVIDADE NA REMESSA DE DOCUMENTOS AO TRIBUNAL. MULTA. RECOMENDAÇÃO.**

Trata-se de Controle Prévio em relação ao Pregão Presencial n.25/2023, do Município de Coronel Sapucaia, tendo como objeto a aquisição de gêneros alimentícios.

A Divisão de Fiscalização apontou intempestividade na remessa documental e que estaria prejudicada a análise do Controle Prévio (peça 12).

O jurisdicionado foi intimado e se manifestou nos autos (peças 18-19).

O Ministério Público de Contas emitiu parecer pelo arquivamento do processo de controle prévio, sem prejuízo ao exame posterior do respectivo procedimento licitatório (peça 21).

O jurisdicionado foi intimado sobre a documentação remetida para controle posterior (peça 25), mas não se manifestou. Em sequência, a Divisão de Fiscalização sugeriu o arquivamento deste processo, destacando que o controle prévio é uma avaliação preliminar do processo licitatório e deve ser encerrado quando não demandar ações adicionais, (peça 27).

Eis o relatório. Passo à decisão.

O processo de Controle Prévio tem a finalidade preventiva de corrigir irregularidades nos atos preparatórios e no edital licitatório. Não ocorrendo esse exame, seu caminho natural é o arquivamento, posto que a análise será feita em sede de Controle Posterior.

Compulsando os autos, constata-se a intempestividade na remessa documental de Controle Prévio, posto que o prazo de três dias úteis contados da republicação do extrato do edital, que ocorreu em 24/07/2023 (fl. 324), terminou no dia 27/07/2023, mas o envio a esta Corte só aconteceu em 31/07/2023 (fl. 1).

Na sua resposta à intimação (peças 18-19), o jurisdicionado alegou que o atraso se deu por dificuldades técnicas enfrentadas pela enxuta equipe de licitação. Além disso, defendeu a não aplicação de multa, pois não houve prejuízo ao erário.

No caso, os argumentos da defesa não são suficientes para descaracterizar o atraso na remessa documental e não foi demonstrada justa causa para o atraso, o que incide na aplicação do art. 46 da Lei Complementar Estadual n.160/2012 (LOTCE/MS), consoante autoriza o art. 157 do Regimento Interno deste Tribunal (RI/TCEMS).

Assim, aplica-se multa de 4 (quatro) UFERMS ao Sr. Rudi Paetzold, responsável à época dos fatos, haja vista a extrapolação do prazo para o envio dos documentos em 4 (quatro) dias.

**DISPOSITIVO**

Diante do acima exposto, acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO:**

**I – PELA APLICAÇÃO DE MULTA** no montante de **4 (quatro) UFERMS** ao responsável, Sr. Rudi Paetzold, CPF n. 175.320.001-68, em razão da remessa intempestiva de documentos ao Tribunal de Contas, com base nos arts. 21, X, 42, II, 44, I, e 46, *caput*, todos da LOTCE/MS, bem como o art. 157 do RITCE/MS;

**II -** Pela **CONCESSÃO DE PRAZO DE 45 (quarenta e cinco) dias úteis** para que o responsável nominado no item "I" supra efetue o recolhimento da multa em favor do Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

Contas - FUNTC e, no mesmo prazo, faça a comprovação nos autos, sob pena de cobrança executiva, consoante arts. 78 e 83 da LOTCE/MS e art. 185, I, "b", e §1º, do RITCE/MS;
**III – PELA RECOMENDAÇÃO** ao atual responsável para que observe os prazos para remessa de documentos obrigatórios a esta Corte de Contas;

**IV -** Pela **REMESSA** dos autos à Gerência de Controle Institucional para **INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da LOTCE/MS.

Campo Grande/MS, 20 de junho de 2024.

**CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA**

## Conselheiro Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel

### Decisão Liminar

**DECISÃO LIMINAR DLM - G.RC - 86/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/4714/2024
**PROTOCOLO:** 2333749
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES LAGOAS
**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** GILMAR ARAUJO TABONE
**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO
**RELATOR:** CONS. SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL (ATO CONVOCATÓRIO N. 002, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

**1. Introdução**

Trata-se do controle prévio do processo licitatório Pregão Eletrônico n. 80/2024 (processo administrativo n. 172/2024) do município de Três Lagoas, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de insumos e de serviços comuns de engenharia para readequações de leiaute, manutenções preventivas, corretivas e emergenciais nos prédios públicos próprios e alugados da Administração Municipal no município de Três Lagoas, de acordo com os termos e especificações contidas em Termo de Referência e seus Anexos, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração (SEMAD) com o valor inicial estimado em R$21.410.301,95.

A data de abertura da licitação está prevista para 27.06.2024, às 9:00h (Brasília)

A Divisão de Fiscalização de Engenharia, Arquitetura e Meio Ambiente manifestou-se por meio da análise ANA-DFEAMA-10389/2024, considerando que os atos administrativos nessa contratação encontram-se com vícios insanáveis, a saber: deficiência nos estudos técnicos preliminares; deficiência na formação de preço; ausência de projeto básico/termo de referência padronizável; e cláusulas restritivas de competitividade.

É o relatório.

**2. Dos fundamentos jurídicos**

**2.1 Do Estudo Técnico Preliminar**

A análise técnica entende que o Estudo Técnico Preliminar não possui um comparativo dos dois cenários apresentados no item 4 do ETP.

Na estimativa de preços, este teria sido realizado com a metodologia do Critério Hideckie, havendo baixo grau de precisão, o que poderia resultar em risco de sobrepreços, de contratação imprecisa e dano ao erário.

A afirmativa tem como base a aplicação da Orientação Técnica IBRAOP OT – IBR 004/2012 onde constam a faixa de precisão de cada faixa do projeto, o que, inicialmente, não parece ter sido utilizado para estimar os preços e o orçamento do objeto da licitação.

Indica ainda a análise, que não há evidência sobre a realização de estudo para solução mais adequada, nem sobre a tipologia comum a cada tipo de serviço e nem quantitativos de insumos/ materiais básicos que compõe a demanda do reparo das



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

edificações, bem como, inexiste estudo de padrão mínimo que será exigido do futuro contratado, com a estrutura administrativa, quantidade de equipes técnicas.

Portanto, entende a equipe técnica que o ETP padece de vícios insanáveis que, nessa etapa não é possível a sua retificação sem que haja um estudo mais amplo para afastar as irregularidades apontadas.

**2.2 Do edital**

A análise técnica indica que a exigência de comprovações acessórias exageradas do item 17 pode causar restrição à competitividade e a ampla concorrência, pelo que, entende que deve haver estudo para definir o parcelamento dos serviços almejados pela Administração Municipal.

Sob outro aspecto, verificamos que não há no Planejamento da licitação ou edital, justificativas ou comprovações para o não enquadramento da contratação no disposto nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar n. 123/2006, haja vista a divisibilidade do objeto licitatório, e a previsão do art. 4º da Lei 14.133/2021.

Dessa forma, há justo motivo para que se impeça a continuidade da licitação, haja vista que existem indícios significativos para se se evite dano ao erário e prejuízo à população e servidores, que devem ser beneficiados com obras que possuam uma vida útil em conformidade com a melhor técnica e menor custo.

**3. Da medida cautelar**

Há caracterização do *fumus boni juris* pelas evidências encontradas pela Divisão técnica em relação a diversos itens do Estudo Técnico Preliminar e do Edital, onde há divergência com a Orientação Técnica e possível restrição à competitividade do certame.

Considerando que tais divergências podem comprometer a vida útil dos serviços contratados e, considerando que as eventuais falhas no Planejamento da Contratação podem trazer prejuízos à população e servidores beneficiados e ao erário, caracteriza-se o *periculum in mora*.

Dessa forma, nos termos do art. 152, inc. I do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 98/2018, expeço **MEDIDA CAUTELAR** para o fim de **SUSPENDER** a sessão pública de licitação Pregão Eletrônico n. 80/2024 (processo administrativo n. 172/2024) do município de Três Lagoas, designada para dia 27.06.2024, às 9:00h (Brasília).

**4. Da conclusão**

Em face do exposto, com fulcro no art. 4º, inc. I, "b", 3, c.c art. 149, §1º, inc. II, "b" e art. 152, inc. I, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS 98/2018, **EXPEÇO MEDIDA CAUTELAR DE SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 80/2024** (processo administrativo n. 172/2024) do município de Três Lagoas.

Intime-se o prefeito de Três Lagoas, Sr. Gilmar Araújo Tabone, para ciência da presente **MEDIDA CAUTELAR** e comprovação do seu cumprimento no prazo de **5(cinco) dias úteis**, nos termos do art. 152, inc. I do Regimento Interno, sob pena de aplicação de multa de 500(quinhentas) UFERMS.

E no mesmo prazo, **MANIFESTE-SE** o gestor acima nominado, sobre os apontamentos da presente Medida Cautelar e sobre a análise DFEAMA-10389/2024, oportunizando igualmente a juntada de justificativas e documentos que evidenciem a adequação das situações acima mencionadas ou as justificativas que comprovem a regularidade dos achados identificados, conforme art. 149, §2º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS 98/2018.

Encaminhem-se os autos ao Cartório para imediata intimação do responsável, nos termos do art. 152, §1º, inc. I, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS 98/2018.
Publique-se.

Campo Grande/MS, 25 de junho de 2024.

**Leandro Lobo Ribeiro Pimentel**
Conselheiro Substituto

**Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo**

**Decisão Singular**



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 4156/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/2334/2020
**PROTOCOLO:** 2026177
**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BONITO - IPSMB
**RESPONSÁVEL:** ELENA MARIA ANTUNES
**CARGO:** EX-DIRETORA-PRESIDENTE
**ASSUNTO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
**INTERESSADA:** SUEDIR RODRIGUES MIRANDA
**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS PROPORCIONAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE.**

**DO RELATÓRIO**

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme dispõe o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da concessão da aposentadoria voluntária, por idade, com proventos proporcionais, à servidora Suedir Rodrigues Miranda, Matrícula n. 439-1, ocupante do cargo de merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, constando como responsável a Sra. Elena Maria Antunes, ex-diretora-presidente do IPSMB.

A Força Tarefa – Atos de Concessão (FTAC), por meio da Análise ANA-FTAC-6193/2024, manifestou-se pelo registro da presente aposentadoria com proventos proporcionais.

O Ministério Público de Contas emitiu o parecer PAR-2ª PRC-5195/2024, opinando favoravelmente pelo registro do ato de concessão em apreço, com proventos proporcionais.

**DA DECISÃO**

A documentação relativa à concessão em exame apresentou-se completa e se deu tempestivamente, conforme definido no Anexo V, item 2, subitem 2.1.4, letra 'A', da Resolução TCE-MS n. 88, de 3 de outubro de 2018.

A aposentadoria voluntária por idade foi concedida com fulcro no art. 40, § 1°, inciso III, alínea "b", § 3°, 8° e 17, da Constituição Federal, e no § 1° inciso III, do art. 36 da Lei Complementar n. 60, de 27/9/2005, e no artigo 201, § 2°, 3° e 4º da Constituição Federal, observando o art. 1° da Lei n. 10.887/2004, bem como na Lei Complementar n. 135, de 28.12.2017, conforme Portaria n. 165/2020-RH, publicada no Diário Oficial da Assomasul n. 2.541, em 12 de fevereiro de 2020.

Analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da presente aposentadoria voluntária, com proventos proporcionais, atendeu os ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da FTAC e o parecer ministerial, e, com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, **DECIDO**:

**1**. pelo **registro** da concessão da aposentadoria voluntária, por idade, com proventos proporcionais à servidora Suedir Rodrigues Miranda, matrícula n. 439-1, ocupante do cargo de merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, "b", da LCE n. 160/2012, c/c o art. 11, I, e o art. 186, III, ambos do RITC/MS;

**2**. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 19 de junho de 2024.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**
**Relator**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 4157/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/2338/2020
**PROTOCOLO:** 2026188
**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BONITO - IPSMB
**RESPONSÁVEL:** ELENA MARIA ANTUNES
**CARGO:** EX-DIRETORA-PRESIDENTE



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

**ASSUNTO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
**INTERESSADA:** ZENAIDE LEITE DA SILVA
**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS PROPORCIONAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE.**

**DO RELATÓRIO**

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme dispõe o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da concessão da aposentadoria voluntária, por idade, com proventos proporcionais, à servidora Zenaide Leite da Silva, matrícula n. 615-1, ocupante do cargo de merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, constando como responsável a Sra. Elena Maria Antunes, ex-diretora-presidente do IPSMB.

A Força Tarefa – Atos de Concessão (FTAC), por meio da Análise ANA-FTAC-6194/2024, manifestou-se pelo registro da presente aposentadoria com proventos proporcionais.

O Ministério Público de Contas emitiu o parecer PAR-2ª PRC-4999/2024, opinando favoravelmente pelo registro do ato de concessão em apreço com proventos proporcionais.

**DA DECISÃO**

A documentação relativa à concessão em exame apresentou-se completa e se deu tempestivamente, conforme definido no Anexo V, item 2, subitem 2.1.4, letra 'A', da Resolução TCE-MS n. 88, de 3 de outubro de 2018.

A aposentadoria voluntária por idade foi concedida com fulcro no art. 40, § 1°, inciso III, alínea "b", § 3°, 8° e 17, da Constituição Federal, no § 1° inciso III, do art. 36 da Lei Complementar n. 60, de 27/9/2005, e no artigo 201, § 2°, 3° e 4º, da Constituição Federal, observando o art. 1° da Lei n. 10.887/2004, bem como na Lei Complementar n. 135, de 28.12.2017, conforme Portaria n. 164/2020-RH, publicada no Diário Oficial da Assomasul n. 2.541, em 12 de fevereiro de 2020.

Analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da presente aposentadoria voluntária, com proventos proporcionais, atendeu os ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da FTAC e o parecer ministerial, e, com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, **DECIDO**:

**1**. pelo **registro** da concessão da aposentadoria voluntária, por idade, com proventos proporcionais à servidora Zenaide Leite da Silva, matrícula n. 615-1, ocupante do cargo de merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, "b", da LCE n. 160/2012, c/c o art. 11, I, e art. 186, III, ambos do RITC/MS;

**2**. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 19 de junho de 2024.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**
**Relator**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 4068/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/2682/2022
**PROTOCOLO:** 2157467
**ÓRGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE CAMPO GRANDE – IMPCG
**RESPONSÁVEL:** CAMILLA NASCIMENTO DE OLIVEIRA
**CARGO:** EX-DIRETORA-PRESIDENTE
**ASSUNTO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
**INTERESSADO:** MISAEL DA SILVA
**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE.**



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

**DO RELATÓRIO**

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme dispõe o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da concessão da aposentadoria voluntária, com proventos integrais, ao servidor Misael da Silva, matrícula n. 314650/1, ocupante do cargo de eletricista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, constando como responsável a Sra. Camilla Nascimento de Oliveira, ex-diretora presidente do IMPCG.

A Força Tarefa – Atos de Concessão (FTAC), por meio da Análise ANA-FTAC-6461/2024 (peça 12), manifestou-se pelo registro da presente aposentadoria com proventos integrais.

O Ministério Público de Contas emitiu o parecer PAR-2ª PRC-5271/2024 (peça 13), opinando favoravelmente pelo registro do ato de concessão em apreço com proventos integrais.

**DA DECISÃO**

A documentação relativa à concessão em exame apresentou-se completa e se deu tempestivamente, conforme definido no Anexo V, item 2, subitem 2.1.4, letra 'A', da Resolução TCE-MS n. 88, de 3 de outubro de 2018.

A aposentadoria voluntária, com proventos integrais, ora apreciada, foi concedida por meio da Portaria n. 22/2022, publicada no Diogrande n. 6.536, edição do dia 1º.2.2022, com fundamento no art. 6º e art. 7º da Emenda Constitucional n. 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional 47/2005 c/c com o art. 65 e art. 67 da Lei Complementar Municipal n. 191/2011.

Analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da presente aposentadoria voluntária, com proventos integrais, atendeu os ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da FTAC e o parecer ministerial, e, com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, **DECIDO**:

**1**. pelo **registro** da concessão da aposentadoria voluntária, com proventos integrais, ao servidor Misael da Silva, matrícula n. 314650/1, ocupante do cargo de eletricista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, "b", da LCE n. 160/2012, c/c o art. 11, I, e art. 186, III, ambos do RITC/MS;

**2**. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 19 de junho de 2024.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**
**Relator**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 4078/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/3118/2022
**PROTOCOLO:** 2159614
**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIO VERDE DE MATO GROSSO
**RESPONSÁVEL:** VIVIANE VIANA DE SOUZA
**CARGO:** DIRETORA-PRESIDENTE
**ASSUNTO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
**INTERESSADA:** LUCILEIDE PEREIRA DA SILVA
**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO.**

**DO RELATÓRIO**

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme dispõe o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da concessão da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, à servidora Lucileide Pereira da Silva, matrícula n. 5101, ocupante do cargo de professor, classe H, nível P 2, lotada na Escola Municipal José Duailibi, constando como responsável a Sra. Viviane Viana de Souza, diretora-presidente.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

A Equipe Técnica da Força Tarefa – Atos de Concessão (FTAC), por meio da Análise ANA-FTAC-6424/2024 (peça 13), manifestou-se pelo registro da presente aposentadoria.
O Ministério Público de Contas emitiu o parecer PAR-2ª PRC-5275/2024 (peça 14), opinando favoravelmente pelo registro do ato de concessão em apreço.

**DA DECISÃO**

A documentação relativa à concessão em exame apresentou-se completa e foi enviada tempestivamente, conforme definido no Anexo V, item 2, da Resolução TCE/MS n. 88/2018.

A aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, ora apreciada, foi concedida por meio da Portaria n. 5/2022, publicada no Diário do Estado n. 3.510, edição do dia 10 de março de 2022, fundamentada no art. 6º da Emenda Constitucional n. 41/2003 e no art. 71 da Lei Complementar Municipal n. 987/2011.

Analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da presente aposentadoria voluntária por tempo de contribuição atendeu os ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da FTAC e o parecer ministerial, e, com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, **DECIDO**:

**1**. pelo **registro** da concessão da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, à servidora Lucileide Pereira da Silva, matrícula n. 5101, ocupante do cargo de professor, classe H, nível P 2, lotada na Escola Municipal José Duailibi, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, b, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 11, I, e art. 186, III, ambos do RITC/MS;

**2**. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 19 de junho de 2024.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**
**Relator**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 4074/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/3119/2022
**PROTOCOLO:** 2159615
**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO
**RESPONSÁVEL:** VIVIANE VIANA DE SOUZA
**CARGO:** DIRETORA-PRESIDENTE
**ASSUNTO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
**INTERESSADA:** MARIA CONCEIÇÃO SOARES
**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO.**

**DO RELATÓRIO**

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme dispõe o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da concessão da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, à servidora Maria Conceição Soares, matrícula n. 21901, ocupante do cargo de professor, classe I, nível P 2, lotada na Escola Municipal José Duailibi, constando como responsável a Sra. Viviane Viana de Souza, diretora-presidente.

A Equipe Técnica da Força Tarefa – Atos de Concessão (FTAC), por meio da Análise ANA-FTAC-6426/2024 (peça 13), manifestou-se pelo registro da presente aposentadoria.

O Ministério Público de Contas emitiu o parecer PAR-2ª PRC-5276/2024 (peça 14), opinando favoravelmente pelo registro do ato de concessão em apreço.

**DA DECISÃO**



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

A documentação relativa à concessão em exame apresentou-se completa e foi enviada tempestivamente, conforme definido no Anexo V, item 2, da Resolução TCE/MS n. 88/2018.
A aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, ora apreciada, foi concedida por meio da Portaria n. 3/2022, publicada no Diário do Estado n. 3.508, edição do dia 8 de março de 2022, fundamentada no art. 6º da Emenda Constitucional n. 41/2003 e no art. 71 da Lei Complementar Municipal n. 987/2011.

Analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da presente aposentadoria voluntária por tempo de contribuição atendeu os ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da FTAC e o parecer ministerial, e, com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, **DECIDO**:

**1**. pelo **registro** da concessão da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, à servidora Maria Conceição Soares, matrícula n. 21901, ocupante do cargo de professor, classe I, nível P 2, lotada na Escola Municipal José Duailibi, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, b, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 11, I, e art. 186, III, ambos do RITC/MS;

**2**. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 19 de junho de 2024.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**
**Relator**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 4039/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/3120/2022
**PROTOCOLO:** 2159616
**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIO VERDE DE MATO GROSSO
**RESPONSÁVEL:** VIVIANE VIANA DE SOUZA
**CARGO:** DIRETORA-PRESIDENTE
**ASSUNTO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
**INTERESSADA:** DEISE LÚCIA COELHO MARCHEZAN
**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO.**

**DO RELATÓRIO**

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme dispõe o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da concessão da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, à servidora Deise Lúcia Coelho Marchezan, matrícula n. 17901, ocupante do cargo de professor, classe I, nível P 2, lotada na Escola Municipal José Duailibi, constando como responsável a Sra. Viviane Viana de Souza, diretora-presidente.

A Equipe Técnica da Força Tarefa – Atos de Concessão (FTAC), por meio da Análise ANA-FTAC-6215/2024 (peça 12), manifestou-se pelo registro da presente aposentadoria.

O Ministério Público de Contas emitiu o parecer PAR-2ª PRC-5277/2024 (peça 13), opinando favoravelmente pelo registro do ato de concessão em apreço.

**DA DECISÃO**

A documentação relativa à concessão em exame apresentou-se completa e foi enviada tempestivamente, conforme definido no Anexo V, item 2, da Resolução TCE/MS n. 88/2018.

A aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, ora apreciada, foi concedida por meio da Portaria n. 4/2022, publicado no Diário do Estado n. 3.508, edição do dia 8 de março de 2022, fundamentada no art. 3º da E.C. n. 47/2005 e no art. 72 da Lei Municipal n. 987/2011.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

Analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da presente aposentadoria voluntária por tempo de contribuição atendeu os ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da FTAC e o parecer ministerial, e, com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, **DECIDO**:

**1**. pelo **registro** da concessão da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, à servidora Deise Lúcia Coelho Marchezan, matrícula n. 17901, ocupante do cargo de professor, classe I, nível P 2, lotada na Escola Municipal José Duailibi, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, b, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 11, I, e art. 186, III, ambos do RITC/MS;

**2**. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 18 de junho de 2024.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**
**Relator**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 4163/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/3331/2020
**PROTOCOLO:** 2030320
**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE TERENOS
**RESPONSÁVEL:** CLEBER DE AMORIM BORGES
**CARGO DO RESPONSÁVEL:** EX-DIRETOR-PRESIDENTE
**ASSUNTO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
**INTERESSADA:** LUCIMAR DE OLIVEIRA SOUZA
**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO.**

**DO RELATÓRIO**

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme dispõe o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da concessão da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, à servidora Lucimar de Oliveira Souza, matrícula n. 271, ocupante do cargo de professor, classe III, nível F, pertencente ao quadro permanente da Prefeitura Municipal de Terenos, constando como responsável o Sr. Cleber de Amorim Borges, ex-diretor-presidente do IAPESEM, à época

A Equipe Técnica da Força Tarefa – Atos de Concessão, por meio da Análise ANA-FTAC- 6825/2024 (peça 17), manifestou-se pelo registro da presente aposentadoria.

O Ministério Público de Contas emitiu o parecer PAR-2ª PRC-5486/2024 (peça 18), opinando favoravelmente pelo registro do ato de concessão em apreço.

**DA DECISÃO**

A documentação relativa à concessão em exame apresentou-se completa, conforme definido na Resolução TC/MS n. 88, de 3 de outubro de 2018, e sua remessa a este Tribunal foi tempestiva.

A aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, ora apreciada, foi concedida por meio da Portaria IAPESEM n. 38/2020, publicada no Diário Oficial da Associação dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul n. 2541, edição do dia 12 de fevereiro de 2020, fundamentada no art. 40 da Constituição Federal, art. 12, "a" da Lei Municipal n. 865/2003 e art. 6º da Emenda Constitucional n. 41/2003.

Analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da presente aposentadoria voluntária por tempo de contribuição atendeu os ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

Pelo exposto, acolho o entendimento da equipe técnica da FTAC e o parecer ministerial, e com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, **DECIDO**:

**1**. pelo **registro** da concessão da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, à servidora Lucimar de Oliveira Souza, matrícula n. 271, ocupante do cargo de professor, classe III, nível F, pertencente ao quadro permanente da Prefeitura Municipal de Terenos, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, "b", da LCE n. 160/2012, c/c o art. 11, I, e o art. 186, III, ambos do RITC/MS;

**2**. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 19 de junho de 2024.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**
**Relator**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 4031/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/3811/2021
**PROTOCOLO:** 2097814
**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIO VERDE DE MATO GROSSO
**RESPONSÁVEL:** VIVIANE VIANA DE SOUZA
**CARGO:** DIRETORA-PRESIDENTE
**ASSUNTO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
**INTERESSADA:** SIRLY CASTRO ALVES
**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO.**

**DO RELATÓRIO**

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme dispõe o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da concessão da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, à servidora Sirly Castro Alves, matrícula n. 244/01, ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais, classe K, nível N 1, lotada na Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso, constando como responsável a Sra. Viviane Viana de Souza, diretora-presidente.

A Equipe Técnica da Força Tarefa – Atos de Concessão (FTAC), por meio da Análise ANA-FTAC-5449/2024 (peça 15), manifestou-se pelo registro da presente aposentadoria.

O Ministério Público de Contas emitiu o parecer PAR-2ª PRC-5255/2024 (peça 16), opinando favoravelmente pelo registro do ato de concessão em apreço.

**DA DECISÃO**

A documentação relativa à concessão em exame apresentou-se completa e foi enviada tempestivamente, conforme definido no Anexo V, item 2, da Resolução TCE/MS n. 88/2018.

A aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, ora apreciada, foi concedida por meio da Portaria n. 8/2021, publicada no Diário do Estado n. 3.344, edição do dia 6 de abril de 2021, fundamentada no art. 3º da E.C. n. 47/2005 e no art. 72 da Lei Municipal n. 987/2011.

Analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da presente aposentadoria voluntária por tempo de contribuição atendeu os ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da FTAC e o parecer ministerial, e, com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, **DECIDO**:

**1**. pelo **registro** da concessão da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, à servidora Sirly Castro Alves, matrícula n. 244/01, ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais, classe K, nível N 1, lotada na Prefeitura



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

Municipal, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, b, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 11, I, e art. 186, III, ambos do RITC/MS;

**2**. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 18 de junho de 2024.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**
**Relator**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 4093/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6544/2022
**PROTOCOLO:** 2174376
**ÓRGÃO:** INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE CAMPO GRANDE – IMPCG
**RESPONSÁVEL:** CAMILLA NASCIMENTO DE OLIVEIRA
**CARGO:** EX-DIRETORA-PRESIDENTE
**ASSUNTO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
**INTERESSADA:** CARMEM QUEIROZ DA COSTA RODRIGUES
**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE.**

**DO RELATÓRIO**

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme dispõe o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da concessão da aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora Carmem Queiroz da Costa Rodrigues, matrícula n. 215716/01, ocupante do cargo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, constando como responsável a Sra. Camilla Nascimento de Oliveira, ex-diretora presidente do IMPCG.

A Força Tarefa – Atos de Concessão (FTAC), por meio da Análise ANA-FTAC-6611/2024 (peça 12), manifestou-se pelo registro da presente aposentadoria com proventos integrais.

O Ministério Público de Contas emitiu o parecer PAR-2ª PRC-5619/2024 (peça 13), opinando favoravelmente pelo registro do ato de concessão em apreço com proventos integrais.

**DA DECISÃO**

A documentação relativa à concessão em exame apresentou-se completa e se deu tempestivamente, conforme definido no Anexo V, item 2, subitem 2.1.4, letra 'A', da Resolução TCE-MS n. 88, de 3 de outubro de 2018.

A aposentadoria voluntária, com proventos integrais, ora apreciada, foi concedida por meio da Portaria "BP" n. 55/2022, publicado no Diogrande n. 6.602, edição do dia 1º.4.2022, com fundamento no art. 19-E da Lei Orgânica do Município de Campo Grande/MS c/c o art. 42 da Lei Complementar Municipal n. 415/2021.

Analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da presente aposentadoria voluntária, com proventos integrais, atendeu os ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da FTAC e o parecer ministerial, e, com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, **DECIDO**:

**1**. pelo **registro** da concessão da aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora Carmem Queiroz da Costa Rodrigues, matrícula n. 215716/01, ocupante do cargo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, "b", da LCE n. 160/2012, c/c o art. 11, I, e o art. 186, III, ambos do RITC/MS;

2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.
3.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

Campo Grande/MS, 19 de junho de 2024.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**
**Relator**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 4097/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6546/2022
**PROTOCOLO:** 2174378
**ÓRGÃO:** INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE CAMPO GRANDE – IMPCG
**RESPONSÁVEL:** CAMILLA NASCIMENTO DE OLIVEIRA
**CARGO:** EX-DIRETORA-PRESIDENTE
**ASSUNTO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
**INTERESSADA:** DENISE TOMIKO ARAKAKI TAKEMOTO
**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE.**

**DO RELATÓRIO**

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme dispõe o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da concessão da aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora Denise Tomiko Arakaki Takemoto, matrícula n. 183970/01, ocupante do cargo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, constando como responsável a Sra. Camilla Nascimento de Oliveira, ex-diretora presidente do IMPCG.

A Força Tarefa – Atos de Concessão (FTAC), por meio da Análise ANA-FTAC-6620/2024 (peça 12), manifestou-se pelo registro da presente aposentadoria com proventos integrais.

O Ministério Público de Contas emitiu o parecer PAR-2ª PRC-5620/2024 (peça 13), opinando favoravelmente pelo registro do ato de concessão em apreço com proventos integrais.

**DA DECISÃO**

A documentação relativa à concessão em exame apresentou-se completa e se deu tempestivamente, conforme definido no Anexo V, item 2, subitem 2.1.4, letra 'A' da Resolução TCE-MS n. 88, de 3 de outubro de 2018.

A aposentadoria voluntária, com proventos integrais, ora apreciada, foi concedida por meio da Portaria "BP" n. 56/2022, publicado no Diogrande n. 6.602, edição do dia 1º.4.2022, com fundamento no art. 6º e no art. 7º da Emenda Constitucional n. 41/2003 e art. 3º da Emenda Constitucional n. 47/2005, c/c art. 66 e art. 67 da Lei Complementar Municipal n. 191/2011 e com o art. 81 Lei Complementar Municipal n. 415/2021.

Analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da presente aposentadoria voluntária, com proventos integrais, atendeu os ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da FTAC e o parecer ministerial, e, com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, **DECIDO**:

**1**. pelo **registro** da concessão da aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora Denise Tomiko Arakaki Takemoto, matrícula n. 183970/01, ocupante do cargo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, "b", da LCE n. 160/2012, c/c o art. 11, I, e art. 186, III, ambos do RITC/MS;

**2**. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 19 de junho de 2024.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**
**Relator**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 4098/2024**

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

**PROCESSO TC/MS:** TC/6556/2022
**PROTOCOLO:** 2174406
**ÓRGÃO:** INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE CAMPO GRANDE – IMPCG
**RESPONSÁVEL:** CAMILLA NASCIMENTO DE OLIVEIRA
**CARGO:** EX-DIRETORA-PRESIDENTE
**ASSUNTO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
**INTERESSADA:** ESTELA MARA TOLEDO
**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE.**

**DO RELATÓRIO**

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme dispõe o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da concessão da aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora Estela Mara Toledo, matrícula n. 290971/01, ocupante do cargo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, constando como responsável a Sra. Camilla Nascimento de Oliveira, ex-diretora presidente do IMPCG.

A Força Tarefa – Atos de Concessão (FTAC), por meio da Análise ANA-FTAC-6622/2024 (peça 12), manifestou-se pelo registro da presente aposentadoria com proventos integrais.

O Ministério Público de Contas emitiu o parecer PAR-2ª PRC-5621/2024 (peça 13), opinando favoravelmente pelo registro do ato de concessão em apreço com proventos integrais.

**DA DECISÃO**

A documentação relativa à concessão em exame apresentou-se completa e se deu tempestivamente, conforme definido no Anexo V, item 2, subitem 2.1.4, letra 'A', da Resolução TCE-MS n. 88, de 3 de outubro de 2018.

A aposentadoria voluntária, com proventos integrais ora apreciada, foi concedida por meio da Portaria "BP" n. 58/2022, publicada no Diogrande n. 6.602, edição do dia 1º.4.2022, com fundamento no art. 6º e no art. 7º da Emenda Constitucional n. 41/2003, no art. 3º da Emenda Constitucional n. 47/2005, c/c o art. 66 e art. 67 da Lei Complementar Municipal n. 191/2011, e no art. 81 da Lei Complementar Municipal n. 415/2021.

Analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da presente aposentadoria voluntária, com proventos integrais, atendeu os ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da FTAC e o parecer ministerial, e, com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, **DECIDO**:

**1**. pelo **registro** da concessão da aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora Estela Mara Toledo, matrícula n. 290971/01, ocupante do cargo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, "b", da LCE n. 160/2012, c/c o art. 11, I, e art. 186, III, ambos do RITC/MS;

**2**. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 19 de junho de 2024.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**
**Relator**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 4104/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6558/2022
**PROTOCOLO:** 2174408
**ÓRGÃO:** INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE CAMPO GRANDE – IMPCG
**RESPONSÁVEL:** CAMILLA NASCIMENTO DE OLIVEIRA
**CARGO:** EX-DIRETORA PRESIDENTE



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

**ASSUNTO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
**INTERESSADA:** VERA LÚCIA ALVES DE SENNA DA SILVA
**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE.**
**DO RELATÓRIO**

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme dispõe o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da concessão da aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora Vera Lúcia Alves de Senna da Silva, matrícula n. 282740/01, ocupante do cargo de técnico de enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, constando como responsável a Sra. Camilla Nascimento de Oliveira, ex-diretora presidente do IMPCG.

A Força Tarefa – Atos de Concessão (FTAC), por meio da Análise ANA-FTAC-6630/2024 (peça 12), manifestou-se pelo registro da presente aposentadoria com proventos integrais.

O Ministério Público de Contas emitiu o parecer PAR-2ª PRC-5622/2024 (peça 13), opinando favoravelmente pelo registro do ato de concessão em apreço com proventos integrais.

**DA DECISÃO**

A documentação relativa à concessão em exame apresentou-se completa e se deu tempestivamente, conforme definido no Anexo V, item 2, subitem 2.1.4, letra 'A', da Resolução TCE-MS n. 88, de 3 de outubro de 2018.

A aposentadoria voluntária, com proventos integrais, ora apreciada, foi concedida por meio da Portaria "PB" n. 67/2022, publicada no Diogrande n. 6.602, edição do dia 1º.4.2022, com fundamento no art. 19-F da Lei Orgânica do Município de Campo Grande/MS c/c com o art. 43 da Lei Complementar Municipal n. 415/2021.

Analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da presente aposentadoria voluntária, com proventos integrais, atendeu os ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da FTAC e o parecer ministerial, e, com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, **DECIDO**:

**1**. pelo **registro** da concessão da aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora Vera Lúcia Alves de Senna da Silva, matrícula n. 282740/01, ocupante do cargo de técnico de enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, "b", da LCE n. 160/2012, c/c o art. 11, I, e art. 186, III, ambos do RITC/MS;

**2**. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 19 de junho de 2024.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**
**Relator**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 4027/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6559/2022
**PROTOCOLO:** 2174409
**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIO VERDE DE MATO GROSSO
**RESPONSÁVEL:** VIVIANE VIANA DE SOUZA
**CARGO:** DIRETORA-PRESIDENTE
**ASSUNTO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
**INTERESSADO:** ELACIR HOLSBACK FRANCA
**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS PROPORCIONAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO.**

**DO RELATÓRIO**



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme dispõe o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da concessão da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos proporcionais, ao servidor Elacir Holsback Franca, matrícula n. 500501, ocupante do cargo de servente, classe E, nível N 1, lotado na Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso, constando como responsável a Sra. Viviane Viana de Souza, diretora-presidente.

A Equipe Técnica da Força Tarefa – Atos de Concessão (FTAC), por meio da Análise ANA-FTAC-6436/2024 (peça 14), manifestou-se pelo registro da presente aposentadoria.

O Ministério Público de Contas emitiu o parecer PAR-2ª PRC-5278/2024 (peça 15), opinando favoravelmente pelo registro do ato de concessão em apreço.

**DA DECISÃO**

A documentação relativa à concessão em exame apresentou-se completa e foi enviada tempestivamente, conforme definido no Anexo V, item 2, da Resolução TCE/MS n. 88/2018.

A aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos proporcionais, ora apreciada, foi concedida por meio da Portaria n. 9/2022, publicada no Diário do Estado n. 3.546, edição do dia 12 de maio de 2022, fundamentada no art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 41/2003, e art. 49 da Lei Municipal n. 987/2011.

Analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da presente aposentadoria voluntária por tempo de contribuição atendeu os ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da FTAC e o parecer ministerial, e, com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, **DECIDO**:

**1**. pelo **registro** da concessão da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos proporcionais, ao servidor Elacir Holsback Franca, matrícula n. 500501, ocupante do cargo de servente, classe E, nível N 1, lotado na Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, b, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 11, I, e art. 186, III, ambos do RITC/MS;

**2**. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 18 de junho de 2024.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**
**Relator**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 4024/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6810/2021
**PROTOCOLO:** 2111434
**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIO VERDE DE MATO GROSSO
**RESPONSÁVEL:** VIVIANE VIANA DE SOUZA
**CARGO:** DIRETORA-PRESIDENTE
**ASSUNTO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
**INTERESSADA:** DALVA PULCHÉRIO NOGUEIRA
**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO.**

**DO RELATÓRIO**

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme dispõe o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da concessão da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, à servidora Dalva Pulchério Nogueira, matrícula n. 107/01, ocupante do cargo de técnico de enfermagem, classe J, nível N 5, lotada na ESF – Rural, constando como responsável a Sra. Viviane Viana de Souza, diretora-presidente.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

A Equipe Técnica da Força Tarefa – Atos de Concessão (FTAC), por meio da Análise ANA-FTAC-5627/2024 (peça 16), manifestou-se pelo registro da presente aposentadoria.

O Ministério Público de Contas emitiu o parecer PAR-2ª PRC-5344/2024 (peça 17), opinando favoravelmente pelo registro do ato de concessão em apreço.

**DA DECISÃO**

A documentação relativa à concessão em exame apresentou-se completa e foi enviada tempestivamente, conforme definido no Anexo V, item 2, da Resolução TCE/MS n. 88/2018.

A aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, ora apreciada, foi concedida por meio da Portaria n. 18/2021, publicada no Diário do Estado n. 3.376, edição do dia 8 de junho de 2021, fundamentada no art. 6º da EC n. 41/2003 e art. 71 da Lei Municipal n. 987/2011.

Analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da presente aposentadoria voluntária por tempo de contribuição atendeu os ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da FTAC e o parecer ministerial, e, com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, **DECIDO**:

**1**. pelo **registro** da concessão da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, à servidora Dalva Pulchério Nogueira, matrícula n. 107/01, ocupante do cargo de técnico de enfermagem, classe J, nível N 5, lotada na ESF – Rural, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, b, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 11, I, e art. 186, III, ambos do RITC/MS;

**2**. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 18 de junho de 2024.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**
**Relator**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 3997/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6814/2021
**PROTOCOLO:** 2111441
**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIO VERDE DE MATO GROSSO
**RESPONSÁVEL:** VIVIANE VIANA DE SOUZA
**CARGO:** DIRETORA-PRESIDENTE
**ASSUNTO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
**INTERESSADA:** ANITA PIMENTA NOGUEIRA
**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO.**

**DO RELATÓRIO**

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme dispõe o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da concessão da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, à servidora Anita Pimenta Nogueira, matrícula n. 4501, ocupante do cargo de agente de serviços administrativos, classe K, nível N 3, lotada na Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso, constando como responsável a Sra. Viviane Viana de Souza, diretora-presidente.

A Equipe Técnica da Força Tarefa – Atos de Concessão (FTAC), por meio da Análise ANA-FTAC-5713/2024 (peça 16), manifestou-se pelo registro da presente aposentadoria.

O Ministério Público de Contas emitiu o parecer PAR-2ª PRC-5352/2024 (peça 17), opinando favoravelmente pelo registro do ato de concessão em apreço.

**DA DECISÃO**



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

A documentação relativa à concessão em exame apresentou-se completa e foi enviada tempestivamente, conforme definido no Anexo V, item 2, da Resolução TCE/MS n. 88/2018.

A aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, ora apreciada, foi concedida por meio da Portaria n. 17/2021, publicada no Diário do Estado n. 3.376, edição do dia 8 de junho de 2021, fundamentada no art. 3º da EC n. 47/2005 e no art. 72 da Lei Municipal n. 987/2011.

Analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da presente aposentadoria voluntária por tempo de contribuição atendeu os ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da FTAC e o parecer ministerial, e, com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, **DECIDO**:

**1**. pelo **registro** da concessão da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, à servidora Anita Pimenta Nogueira, matrícula n. 4501, ocupante do cargo de agente de serviços administrativos, classe K, nível N 3, lotada na Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, b, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 11, I, e art. 186, III, ambos do RITC/MS;

**2**. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 18 de junho de 2024.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**
**Relator**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 4247/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6886/2022
**PROTOCOLO:** 2175897
**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CAMAPUÃ
**RESPONSÁVEL:** VALDINEI SILVERIO DE GOUVEIA
**CARGO:** EX-DIRETOR-PRESIDENTE
**ASSUNTO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
**INTERESSADA:** CLARICE BAZÍLIO FERREIRA
**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE.**

**DO RELATÓRIO**

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme dispõe o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da concessão da aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora Clarice Bazílio Ferreira, matrícula n. 9, ocupante do cargo de assistente de administração, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Camapuã, constando como responsável o Sr. Valdinei Silvério de Gouveia, ex-diretor-presidente.

A Força Tarefa – Atos de Concessão (FTAC), por meio da Análise ANA-FTAC-6834/2024, manifestou-se pelo registro da presente aposentadoria com proventos integrais.

O Ministério Público de Contas emitiu o parecer PAR-2ª PRC-5679/2024, opinando favoravelmente pelo registro do ato de concessão em apreço com proventos integrais.

**DA DECISÃO**

A documentação relativa à concessão em exame apresentou-se completa e se deu tempestivamente, conforme definido no Anexo V, item 2, subitem 2.1.4, letra 'A', da Resolução TCE-MS n. 88, de 3 de outubro de 2018.

A aposentadoria voluntária foi concedida com base no art. 3º da Emenda Constitucional n. 47/2005; art. 71 da Lei Complementar Municipal n. 3/2006, conforme Portaria n. 3/2022-CAMAPUÃPREV, publicada no Diário Oficial de Camapuã n. 3064, de 1º/4/2022.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

Analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da presente aposentadoria voluntária, com proventos integrais, atendeu os ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.
Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da FTAC e o parecer ministerial, e, com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, **DECIDO**:

**1**. pelo **registro** da concessão da aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora Clarice Bazílio Ferreira, matrícula n. 9, ocupante do cargo de assistente de administração, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Camapuã, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, "b", da LCE n. 160/2012, c/c o art. 11, I, e o art. 186, III, ambos do RITC/MS;

**2**. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 20 de junho de 2024.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**
**Relator**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 4173/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6899/2022
**PROTOCOLO:** 2175956
**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CAMAPUÃ
**RESPONSÁVEL:** VALDINEI SILVERIO DE GOUVEIA
**CARGO:** DIRETOR-PRESIDENTE
**ASSUNTO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
**INTERESSADA:** LUCIA MARA TRINDADE DA ROCHA
**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO.**

**DO RELATÓRIO**

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme dispõe o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da concessão da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, à servidora Lucia Mara Trindade da Rocha, matrícula n. 197, ocupante do cargo de professor, classe E, referência 3, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, constando como responsável o Sr. Valdinei Silvério de Gouveia, diretor-presidente.

A Equipe Técnica da Força Tarefa – Atos de Concessão (FTAC), por meio da Análise ANA-FTAC-6835/2024 (peça 18), manifestou-se pelo registro da presente aposentadoria.

O Ministério Público de Contas emitiu o parecer PAR-2ª PRC-5680/2024 (peça 19), opinando favoravelmente pelo registro do ato de concessão em apreço.

**DA DECISÃO**

A documentação relativa à concessão em exame apresentou-se completa e foi enviada tempestivamente, conforme definido no Anexo V, item 2, da Resolução TCE/MS n. 88/2018.

A aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, ora apreciada, foi concedida por meio da Portaria n. 4/2022, publicado no Diário Oficial de Camapuã n. 3.064, edição do dia 1º de abril de 2022, fundamentada no art. 6º da Emenda Constitucional n. 41/2003 c/c §5°, do art. 40 da Constituição Federal, redação da Emenda Constitucional n. 41/2003 e art. 70 c/c §1º, do art. 57 da Lei Complementar Municipal n. 003/2006.

Analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da presente aposentadoria voluntária por tempo de contribuição atendeu os ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da FTAC e o parecer ministerial, e, com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, **DECIDO**:



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

**1**. pelo **registro** da concessão da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, à servidora Lucia Mara Trindade da Rocha, matrícula n. 197, ocupante do cargo de professor, classe E, referência 3, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, b, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 11, I, e art. 186, III, ambos do RITC/MS;

**2**. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 19 de junho de 2024.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**
**Relator**

## Conselheiro Marcio Monteiro

### Decisão Singular

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 3995/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/1487/2024
**PROTOCOLO:** 2306830
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS
**JURISDICIONADO:** ALAN AQUINO GUEDES DE MENDONÇA
**CARGO DO JURISDICIONADO:** PREFEITO
**ASSUNTO DO PROCESSO:** ADMISSÃO – NOMEAÇÃO
**BENEFICIÁRIO:** RICARDO DE MATTOS SACCO
**RELATOR:** CONS. MARCIO MONTEIRO

**ATO DE PESSOAL. CONCURSO PÚBLICO. NOMEAÇÃO. CUMPRIMENTO DAS NORMAS LEGAIS. REGISTRO TÁCITO.**

**RELATÓRIO**

Versam os presentes autos sobre o ato de admissão de pessoal de servidor aprovado em concurso público para provimento da estrutura funcional da Prefeitura Municipal de Dourados:

| Remessa | Nome | CPF | Cargo | Data de Nomeação | Data da Posse |
|---|---|---|---|---|---|
| 300626 | RICARDO DE MATTOS SACCO | 041169109 | PROFISSIONAL DO MAGISTERIO MUNICIPAL | 29/10/2021 | 13/12/2021 |

A equipe da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência manifestou-se pelo registro tácito do ato de admissão (peça 3).

Sob essa idêntica linha de raciocínio o Ministério Público de Contas emitiu seu parecer (peça 4), pela regularidade do ato de admissão.

Vieram os autos a esta relatoria para decisão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Extrai-se do feito que o corpo técnico e o Ministério Público de Contas foram unânimes em se manifestar pelo registro do ato de admissão.

A admissão do servidor fora realizada nos termos do art.37, II, da Constituição Federal e o concurso público realizado sob a égide do Edital PMD/FAPEMS 001/2016 e devidamente homologado pelo Edital PMD/FAPEMS 008/2016, acostado à peça 7 do TC/17636/2016.

Conforme preleciona o art. 187-H do Regimento Interno, a decisão do Tribunal de Contas que aprecia a legalidade, para fins de registro, deverá ser proferida no prazo decadencial de cinco anos.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

Ademais, de acordo com o Provimento TCE-MS Nº 58, de 18 de janeiro de 2024, os atos de admissão de pessoal encaminhados até dezembro de 2018 receberão manifestação pelo registro tácito, com base nos princípios da segurança jurídica, da boa-fé objetiva, da proteção da confiança e da razoável duração do processo.

Desta forma, por se tratar de matéria de ordem pública, deixo de apreciar o mérito, e decido pelo registro tácito da admissão.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 4º, III, "a", do RITCE/MS, acompanhando o entendimento da Divisão e do Ministério Público de Contas, **DECIDO** por:

**I - REGISTRAR** tacitamente o ato de admissão apreciado no presente processo, efetuado pela Prefeitura Municipal de Dourados com fundamento nas regras dos arts. 21, III, e 34, I, da Lei Complementar n.º 160/2012, c/c o art.187-H, do RITCE/MS;

**II - INTIMAR** os interessados do resultado deste julgamento, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar n.º 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do RITCE/MS, remetam-se os autos à Gerência de Controle Institucional para os registros e providências regimentais necessárias.

Campo Grande/MS, 18 de junho de 2024.

**CONS. MARCIO MONTEIRO**
RELATOR

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 4249/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/10677/2022
**PROTOCOLO:** 2189463
**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE DOURADOS - PREVID
**JURISDICIONADO:** THEODORO HUBER SILVA
**CARGO DO JURISDICIONADO:** DIRETOR-PRESIDENTE
**ASSUNTO DO PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
**BENEFICIÁRIA:** REGINA TEREZINHA DA CRUZ
**RELATOR:** CONS. MARCIO MONTEIRO

**ATO DE PESSOAL. APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CUMPRIMENTO DAS NORMAS LEGAIS. PROVENTOS INTEGRAIS. TEMPESTIVIDADE. REGISTRO.**

**RELATÓRIO**

Trata-se de concessão de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, pelo PREVID, à servidora Regina Terezinha da Cruz, ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Em razão da análise de toda documentação acostada, a equipe da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência, através da Força Tarefa - Atos de Concessão (peça 13), manifestou-se pelo registro da aposentadoria.

Encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas, esse emitiu seu parecer (peça 14), opinando pelo registro do ato de pessoal.

Vieram os autos a esta Relatoria para decisão.

Considerando o regular processamento dos autos, em observância ao comando inserto no art. 112, III, do RITCE/MS, encerra-se a instrução processual.

**FUNDAMENTAÇÃO**

O direito que ampara a aposentadoria está previsto no art. 40, § 1º, inciso III, "a" e § 3° da Constituição Federal, com redação conferida pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, anterior a Emenda Constitucional n.º 103/2019, e no art. 49 da Lei Complementar Municipal n.º 108 /2006.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

O ato concedido, com proventos integrais, fora deferido por meio da Portaria de Benefício n.º 063/2022/PREVID, publicada no Diário Oficial do Município de Dourados n.º 5.661, de 01 de junho de 2022 (peça 11).

Vale transcrever o resumo da Certidão de Tempo de Contribuição n.º 742/2019 da beneficiária (peça 7):

| QUANTIDADE DE ANOS | QUANTIDADE DE DIAS |
|---|---|
| 30 (trinta) anos e 29 (vinte e nove) dias | 10.979 (dez mil, novecentos e setenta e nove) dias |

A análise simplificada exarada nos autos demonstra que a aposentadoria por idade e tempo de contribuição encontra-se devidamente formalizada.

Considerando os critérios internos e prioritários adotados para a fiscalização, eventuais questões atinentes aos valores dos proventos fixados serão analisadas em conformidade com o disposto no art. 7º da portaria TCE/MS 161/2024.

Nota-se que o prazo estabelecido na Resolução Normativa n.º 88/2018, para a remessa obrigatória de documentos, foi devidamente cumprido pelo responsável.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 4º, III, "a", do RITCE/MS, acompanhando o entendimento da Divisão e do Ministério Público de Contas, **DECIDO** por:

I - **REGISTRAR** a aposentadoria apreciada no presente processo, concedida pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados - PREVID com fundamento nas regras dos arts. 21, III, e 34, II, da Lei Complementar nº 160/12;

II - **INTIMAR** o interessado do resultado deste julgamento, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do RITCE/MS, remetam-se os autos à Gerência de Controle Institucional para os registros e providências regimentais necessárias.

Campo Grande/MS, 20 de junho de 2024.

**CONS. MARCIO MONTEIRO**
RELATOR

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 4241/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/10679/2022
**PROTOCOLO:** 2189465
**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE DOURADOS - PREVID
**JURISDICIONADO:** THEODORO HUBER SILVA
**CARGO DO JURISDICIONADO:** DIRETOR-PRESIDENTE
**ASSUNTO DO PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
**BENEFICIÁRIA:** EIZALDYTES GONCALVES VALVERDE
**RELATOR:** CONS. MARCIO MONTEIRO

**ATO DE PESSOAL. APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CUMPRIMENTO DAS NORMAS LEGAIS. PROVENTOS INTEGRAIS. TEMPESTIVIDADE. REGISTRO.**

**RELATÓRIO**

Trata-se de concessão de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, pelo PREVID, à servidora Eizaldytes Gonçalves Valverde, ocupante do cargo de auxiliar de apoio educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Em razão da análise de toda documentação acostada, a equipe da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência, através da Força Tarefa - Atos de Concessão (peça 12), manifestou-se pelo registro da aposentadoria.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

Encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas, esse emitiu seu parecer (peça 13), opinando pelo registro do ato de pessoal.

Vieram os autos a esta Relatoria para decisão.

Considerando o regular processamento dos autos, em observância ao comando inserto no art. 112, III, do RITCE/MS, encerra-se a instrução processual.

**FUNDAMENTAÇÃO**

O direito que ampara a aposentadoria está previsto no art. 3º da Emenda Constitucional n.º 47/2005 e no art. 65 da Lei Complementar n.º 108/2006.

O ato concedido, com proventos integrais, fora deferido por meio da Portaria de Benefício n.º 061/2022/PREVID, publicada no Diário Oficial do Município de Dourados n.º 5.661, de 01 de junho de 2022 (peça 10).

Vale transcrever o resumo da Certidão de Tempo de Contribuição n.º 206/2022 da beneficiária (peça 7):

| QUANTIDADE DE ANOS | QUANTIDADE DE DIAS |
|---|---|
| 31 (trinta e um) anos e 17 (dezessete) dias | 11.332 (onze mil, trezentos e trinta e dois) |

A análise simplificada exarada nos autos demonstra que a aposentadoria por tempo de contribuição encontra-se devidamente formalizada.

Considerando os critérios internos e prioritários adotados para a fiscalização, eventuais questões atinentes aos valores dos proventos fixados serão analisadas em conformidade com o disposto no art. 7º da portaria TCE/MS 161/2024.

Nota-se que o prazo estabelecido na Resolução Normativa n.º 88/2018, para a remessa obrigatória de documentos, foi devidamente cumprido pelo responsável.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 4º, III, "a", do RITCE/MS, acompanhando o entendimento da Divisão e do Ministério Público de Contas, **DECIDO** por:

I - **REGISTRAR** a aposentadoria apreciada no presente processo, concedida pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados - PREVID com fundamento nas regras dos arts. 21, III, e 34, II, da Lei Complementar nº 160/12;

II - **INTIMAR** o interessado do resultado deste julgamento, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do RITCE/MS, remetam-se os autos à Gerência de Controle Institucional para os registros e providências regimentais necessárias.

Campo Grande/MS, 20 de junho de 2024.

**CONS. MARCIO MONTEIRO**
RELATOR

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 4240/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/10680/2022
**PROTOCOLO:** 2189466
**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE DOURADOS - PREVID
**JURISDICIONADO:** THEODORO HUBER SILVA
**CARGO DO JURISDICIONADO:** DIRETOR-PRESIDENTE
**ASSUNTO DO PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
**BENEFICIÁRIA:** SONIA SOLANGE FERREIRA VASCONCELOS



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

**RELATOR:** CONS. MARCIO MONTEIRO

**ATO DE PESSOAL. APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CUMPRIMENTO DAS NORMAS LEGAIS. PROVENTOS INTEGRAIS. TEMPESTIVIDADE. REGISTRO.**

**RELATÓRIO**

Trata-se do processo da concessão de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, pelo PREVID, à servidora Sonia Solange Ferreira Vasconcelos, ocupante do cargo de especialista em educação, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Em razão da análise de toda documentação acostada, a equipe da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência, através da Força Tarefa - Atos de Concessão (peça 12), manifestou-se pelo registro da aposentadoria.

Encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas, esse emitiu seu parecer (peça 13), opinando pelo registro do ato de pessoal.

Vieram os autos a esta Relatoria para decisão.

Considerando o regular processamento dos autos, em observância ao comando inserto no art. 112, III, do RITCE/MS, encerra-se a instrução processual.

**FUNDAMENTAÇÃO**

O direito que ampara a aposentadoria está previsto no art. 6º da Emenda Constitucional n.º 41/2003 e no art. 64 da Lei Complementar n.º 108/2006.

O ato concedido, com proventos integrais, fora deferido por meio da Portaria de Benefício n.º 060/2022/PREVID, publicada no Diário Oficial do Município de Dourados n.º 5.661, de 01 de junho de 2022 (peça 10).

Vale transcrever o resumo da Certidão de Tempo de Contribuição n.º 208/2022 da beneficiária (peça 7):

| QUANTIDADE DE ANOS | QUANTIDADE DE DIAS |
|---|---|
| 30 (trinta) anos 01 (um) mês e 18 (dezoito) dias | 10.998 (dez mil, e novecentos e noventa e oito) dias |

A análise simplificada exarada nos autos demonstra que a aposentadoria por tempo de contribuição encontra-se devidamente formalizada.

Considerando os critérios internos e prioritários adotados para a fiscalização, eventuais questões atinentes aos valores dos proventos fixados serão analisadas em conformidade com o disposto no art. 7º da portaria TCE/MS 161/2024.

Nota-se que o prazo estabelecido na Resolução Normativa n.º 88/2018, para a remessa obrigatória de documentos, foi devidamente cumprido pelo responsável.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 4º, III, "a", do RITCE/MS, acompanhando o entendimento da Divisão de Fiscalização e do Ministério Público de Contas, **DECIDO** por:

I - **REGISTRAR** a aposentadoria apreciada no presente processo, concedida pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados - PREVID com fundamento nas regras dos arts. 21, III, e 34, II, da Lei Complementar nº 160/12;

II - **INTIMAR** o interessado do resultado deste julgamento, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do RITCE/MS, remetam-se os autos à Gerência de Controle Institucional para os registros e providências regimentais necessárias.

Campo Grande/MS, 20 de junho de 2024.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

**CONS. MARCIO MONTEIRO**
RELATOR

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 4238/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/10681/2022
**PROTOCOLO:** 2189467
**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE DOURADOS - PREVID
**JURISDICIONADO:** THEODORO HUBER SILVA
**CARGO DO JURISDICIONADO:** DIRETOR-PRESIDENTE
**ASSUNTO DO PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
**BENEFICIÁRIA:** LUCIENE PAIS PALHANO
**RELATOR:** CONS. MARCIO MONTEIRO

**ATO DE PESSOAL. APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CUMPRIMENTO DAS NORMAS LEGAIS. PROVENTOS INTEGRAIS. TEMPESTIVIDADE. REGISTRO.**

**RELATÓRIO**

Trata-se de concessão de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, pelo PREVID, à servidora Luciene Pais Palhano, ocupante do cargo de assistente de apoio educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Em razão da análise de toda documentação acostada, a equipe da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência, através da Força Tarefa - Atos de Concessão (peça 12), manifestou-se pelo registro da aposentadoria.

Encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas, esse emitiu seu parecer (peça 13), opinando pelo registro do ato de pessoal.

Vieram os autos a esta Relatoria para decisão.

Considerando o regular processamento dos autos, em observância ao comando inserto no art. 112, III, do RITCE/MS, encerra-se a instrução processual.

**FUNDAMENTAÇÃO**

O direito que ampara a aposentadoria está previsto no art. 3º da Emenda Constitucional n.º 47/2005 e no art. 65 da Lei Complementar n.º 108/2006.

O ato concedido, com proventos integrais, fora deferido por meio da Portaria de Benefício n.º 062/2022/PREVID, publicada no Diário Oficial do Município de Dourados n.º 5.661, de 01 de junho de 2022 (peça 10).

Vale transcrever o resumo da Certidão de Tempo de Contribuição n.º 216/2022 da beneficiária (peça 7):

| QUANTIDADE DE ANOS | QUANTIDADE DE DIAS |
|---|---|
| 32 (trinta e dois) anos e 08 (oito) meses e 8 (oito) dias. | 11.928 (onze mil, novecentos e vinte e oito) dias |

A análise simplificada exarada nos autos demonstra que a aposentadoria por tempo de contribuição encontra-se devidamente formalizada.

Considerando os critérios internos e prioritários adotados para a fiscalização, eventuais questões atinentes aos valores dos proventos fixados serão analisadas em conformidade com o disposto no art. 7º da portaria TCE/MS 161/2024.

Nota-se que o prazo estabelecido na Resolução Normativa n.º 88/2018, para a remessa obrigatória de documentos, foi devidamente cumprido pelo responsável.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 4º, III, "a", do RITCE/MS, acompanhando o entendimento da Divisão e do Ministério Público de Contas, **DECIDO** por:



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

I - **REGISTRAR** a aposentadoria apreciada no presente processo, concedida pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados - PREVID com fundamento nas regras dos arts. 21, III, e 34, II, da Lei Complementar nº 160/12;

II - **INTIMAR** o interessado do resultado deste julgamento, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do RITCE/MS, remetam-se os autos à Gerência de Controle Institucional para os registros e providências regimentais necessárias.

Campo Grande/MS, 20 de junho de 2024.

**CONS. MARCIO MONTEIRO**
RELATOR

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 4236/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/10810/2022
**PROTOCOLO:** 2189994
**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE DOURADOS - PREVID
**JURISDICIONADO:** THEODORO HUBER SILVA
**CARGO DO JURISDICIONADO:** DIRETOR-PRESIDENTE
**ASSUNTO DO PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
**BENEFICIÁRIO:** ELVIO ELOY LOPES
**RELATOR:** CONS. MARCIO MONTEIRO

**ATO DE PESSOAL. APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE. CUMPRIMENTO DAS NORMAS LEGAIS. PROVENTOS PROPORCIONAIS. TEMPESTIVIDADE. REGISTRO.**

**RELATÓRIO**

Trata-se de concessão de aposentadoria voluntária por idade, pelo PREVID, ao servidor Elvio Eloy Lopes, ocupante do cargo de assistente administrativo, lotado na Assessoria de Comunicação.

Em razão da análise de toda documentação acostada, a equipe da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência, através da Força Tarefa - Atos de Concessão (peça 17), manifestou-se pelo registro da aposentadoria.

Encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas, esse emitiu seu parecer (peça 18), opinando pelo registro do ato de pessoal.

Vieram os autos a esta Relatoria para decisão.

Considerando o regular processamento dos autos, em observância ao comando inserto no art. 112, III, do RITCE/MS, encerra-se a instrução processual.

**FUNDAMENTAÇÃO**

O direito que ampara a aposentadoria está previsto no art. 40, §1°, inciso III, "b", da Constituição Federal, com redação anterior a Emenda Constitucional n.º 103/2019, art. 92, §1º, I, da Lei Orgânica Municipal, e art. 50 da Lei Complementar Municipal n.º 108/2006.

O ato concedido, com proventos proporcionais, fora deferido por meio da Portaria de Benefício n.º 068/2022/PREVID, publicada no Diário Oficial do Município de Dourados n.º 5.662, de 02 de junho de 2022 (peça 11).

Vale transcrever o resumo da Certidão de Tempo de Contribuição n.º 319/2021 do beneficiário (peça 7):

| QUANTIDADE DE ANOS | QUANTIDADE DE DIAS |
|---|---|
| 25 (vinte e cinco) anos, 07 (sete) meses e 25 (vinte e cinco) dias | 9.360 (nove mil, trezentos e sessenta) dias |



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

A análise simplificada exarada nos autos demonstra que a aposentadoria por idade, encontra-se devidamente formalizada.

Considerando os critérios internos e prioritários adotados para a fiscalização, eventuais questões atinentes aos valores dos proventos fixados serão analisadas em conformidade com o disposto no art. 7º da portaria TCE/MS 161/2024.

Nota-se que o prazo estabelecido na Resolução Normativa n.º 88/2018, para a remessa obrigatória de documentos, foi devidamente cumprido pelo responsável.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 4º, III, "a", do RITCE/MS, acompanhando o entendimento da Divisão e do Ministério Público de Contas, **DECIDO** por:

I - **REGISTRAR** a aposentadoria apreciada no presente processo, concedida pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados - PREVID com fundamento nas regras dos arts. 21, III, e 34, II, da Lei Complementar nº 160/12;

II - **INTIMAR** o interessado do resultado deste julgamento, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do RITCE/MS, remetam-se os autos à Gerência de Controle Institucional para os registros e providências regimentais necessárias.

Campo Grande/MS, 20 de junho de 2024.

**CONS. MARCIO MONTEIRO**
RELATOR

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 4304/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/1162/2022
**PROTOCOLO:** 2150758
**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE DOURADOS - PREVID
**JURISDICIONADA:** SILVANA MARIA RADAELLI DE ASSIS
**CARGO DA JURISDICIONADA:** DIRETORA-ADMINISTRATIVA EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL AO DIRETOR-PRESIDENTE
**ASSUNTO DO PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
**BENEFICIÁRIA:** MARIA LUIZA MARINHO SILVA MIGUELÃO
**RELATOR:** CONS. MARCIO MONTEIRO

**TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CUMPRIMENTO DAS NORMAS LEGAIS. PROVENTOS INTEGRAIS. TEMPESTIVIDADE. REGISTRO.**

**RELATÓRIO**

Trata-se de concessão de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, pelo PREVID, à servidora Maria Luiza Marinho Silva Miguelão, ocupante do cargo de agente de apoio administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Em razão da análise de toda documentação acostada, a equipe da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência, através da Força Tarefa - Atos de Concessão (peça 15), manifestou-se pelo registro da aposentadoria.

Encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas, esse emitiu seu parecer (peça 16), opinando pelo registro do ato de pessoal.

Vieram os autos a esta Relatoria para decisão.

Considerando o regular processamento dos autos, em observância ao comando inserto no art. 112, III, do RITCE/MS, encerra-se a instrução processual.

**FUNDAMENTAÇÃO**



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

O direito que ampara a aposentadoria está previsto no art. 3º da Emenda Constitucional n.º 47/2005 e no art. 65 da Lei Complementar n.º 108/2006.

O ato concedido, com proventos integrais, fora deferido por meio da Portaria de Benefício n.º 001/2022/PREVID, publicada no Diário Oficial do Município de Dourados n.º 5.563, em 05 de janeiro de 2022 e retificada pela Portaria de Benefício n.º 006/2022/PREVID, publicada no Diário Oficial do Município de Dourados n.º 5.565, de 07 de janeiro de 2022 (peça 11).

Vale transcrever o resumo da Certidão de Tempo de Contribuição n.º 718/2021 da beneficiária (peça 7):

| QUANTIDADE DE ANOS | QUANTIDADE DE DIAS |
|---|---|
| 34 (trinta e quatro) anos e 02 (dois) meses e 13 (treze) dias | 12.483 (doze mil, quatrocentos e oitenta e três) |

A análise simplificada exarada nos autos demonstra que a aposentadoria por tempo de contribuição encontra-se devidamente formalizada.

Considerando os critérios internos e prioritários adotados para a fiscalização, eventuais questões atinentes aos valores dos proventos fixados serão analisadas em conformidade com o disposto no art. 7º da portaria TCE/MS 161/2024.

Nota-se que o prazo estabelecido na Resolução Normativa n.º 88/2018, para a remessa obrigatória de documentos, foi devidamente cumprido pelo responsável.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 4º, III, "a", do RITCE/MS, acompanhando o entendimento da Divisão e do Ministério Público de Contas, **DECIDO** por:

I - **REGISTRAR** a aposentadoria apreciada no presente processo, concedida pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados - PREVID com fundamento nas regras dos arts. 21, III, e 34, II, da Lei Complementar nº 160/12;

II - **INTIMAR** o interessado do resultado deste julgamento, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do RITCE/MS, remetam-se os autos à Gerência de Controle Institucional para os registros e providências regimentais necessárias.

Campo Grande/MS, 21 de junho de 2024.

**CONS. MARCIO MONTEIRO**
RELATOR

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 4303/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/1179/2022
**PROTOCOLO:** 2150781
**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE DOURADOS - PREVID
**JURISDICIONADA:** THEODORO HUBER SILVA
**CARGO DA JURISDICIONADA:** DIRETOR-PRESIDENTE
**ASSUNTO DO PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
**BENEFICIÁRIA:** ROSEMAR BORGES ROSENDO
**RELATOR:** CONS. MARCIO MONTEIRO

**ATO DE PESSOAL. APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CUMPRIMENTO DAS NORMAS LEGAIS. PROVENTOS INTEGRAIS. TEMPESTIVIDADE. REGISTRO.**

**RELATÓRIO**

Trata-se de concessão de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, pelo PREVID, à servidora Rosemar Borges Rosendo, ocupante do cargo de profissional do magistério municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

Em razão da análise de toda documentação acostada, a equipe da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência, através da Força Tarefa - Atos de Concessão (peça 15), manifestou-se pelo registro da aposentadoria.

Encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas, esse emitiu seu parecer (peça 16), opinando pelo registro do ato de pessoal.

Vieram os autos a esta Relatoria para decisão.

Considerando o regular processamento dos autos, em observância ao comando inserto no art. 112, III, do RITCE/MS, encerra-se a instrução processual.

**FUNDAMENTAÇÃO**

O direito que ampara a aposentadoria está previsto no art. 6º da Emenda Constitucional n.º 41/2003 e no art. 64 da Lei Complementar n.º 108/2006.

O ato concedido, com proventos integrais, fora deferido por meio da Portaria de Benefício n.º 011/2022/PREVID, publicada no Diário Oficial do Município de Dourados n.º 5.571, em 17 de janeiro de 2022 (peça 11).

Vale transcrever o resumo da Certidão de Tempo de Contribuição n.º 610/2021 da beneficiária (peça 7):

| QUANTIDADE DE ANOS | QUANTIDADE DE DIAS |
|---|---|
| 32 (trinta e dois) anos e 04 (quatro) meses e 23 (vinte e três) dias | 11.823 (onze mil, oitocentos e vinte e três) dias |

A análise simplificada exarada nos autos demonstra que a aposentadoria por tempo de contribuição encontra-se devidamente formalizada.

Considerando os critérios internos e prioritários adotados para a fiscalização, eventuais questões atinentes aos valores dos proventos fixados serão analisadas em conformidade com o disposto no art. 7º da portaria TCE/MS 161/2024.

Nota-se que o prazo estabelecido na Resolução Normativa n.º 88/2018, para a remessa obrigatória de documentos, foi devidamente cumprido pelo responsável.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 4º, III, "a", do RITCE/MS, acompanhando o entendimento da Divisão e do Ministério Público de Contas, **DECIDO** por:

I - **REGISTRAR** a aposentadoria apreciada no presente processo, concedida pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados - PREVID com fundamento nas regras dos arts. 21, III, e 34, II, da Lei Complementar nº 160/12;

II - **INTIMAR** o interessado do resultado deste julgamento, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do RITCE/MS, remetam-se os autos à Gerência de Controle Institucional para os registros e providências regimentais necessárias.

Campo Grande/MS, 21 de junho de 2024.

**CONS. MARCIO MONTEIRO**
RELATOR

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 4305/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/13123/2022
**PROTOCOLO:** 2197977
**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE DOURADOS - PREVID
**JURISDICIONADO:** ALBINO JOÃO ZANOLLA



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

**CARGO DO JURISDICIONADO:** DIRETOR-ADMINISTRATIVO EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL
**ASSUNTO DO PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
**BENEFICIÁRIA:** MARINALVA DE MORAES BORGES
**RELATOR:** CONS. MARCIO MONTEIRO

**ATO DE PESSOAL. APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CUMPRIMENTO DAS NORMAS LEGAIS. PROVENTOS INTEGRAIS. TEMPESTIVIDADE. REGISTRO.**

**RELATÓRIO**

Trata-se do processo da concessão de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, pelo PREVID, à servidora Marinalva de Morais Borges, ocupante do cargo de assistente administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Em razão da análise de toda documentação acostada, a equipe da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência, através da Força Tarefa - Atos de Concessão (peça 13), manifestou-se pelo registro da aposentadoria.

Encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas, esse emitiu seu parecer (peça 14), opinando pelo registro do ato de pessoal.

Vieram os autos a esta Relatoria para decisão.

Considerando o regular processamento dos autos, em observância ao comando inserto no art. 112, III, do RITCE/MS, encerra-se a instrução processual.

**FUNDAMENTAÇÃO**

O direito que ampara a aposentadoria está previsto no art. 6º da Emenda Constitucional n.º 41/2003 e no art. 64 da Lei Complementar n.º 108/2006.

O ato concedido, com proventos integrais, fora deferido por meio da Portaria de Benefício n.º 085/2022/PREVID, publicada no Diário Oficial do Município de Dourados n.º 5.687, em 11 de julho de 2022 (peça 11).

Vale transcrever o resumo da Certidão de Tempo de Contribuição n.º 798/2021 da beneficiária (peça 7):

| QUANTIDADE DE ANOS | QUANTIDADE DE DIAS |
|---|---|
| 30 (trinta) anos, 04 (quatro) meses e 19 (dezenove) dias | 11.089 (onze mil, e oitenta e nove) dias |

A análise simplificada exarada nos autos demonstra que a aposentadoria por tempo de contribuição encontra-se devidamente formalizada.

Considerando os critérios internos e prioritários adotados para a fiscalização, eventuais questões atinentes aos valores dos proventos fixados serão analisadas em conformidade com o disposto no art. 7º da portaria TCE/MS 161/2024.

Nota-se que o prazo estabelecido na Resolução Normativa n.º 88/2018, para a remessa obrigatória de documentos, foi devidamente cumprido pelo responsável.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 4º, III, "a", do RITCE/MS, acompanhando o entendimento da Divisão e do Ministério Público de Contas, **DECIDO** por:

I - **REGISTRAR** a aposentadoria apreciada no presente processo, concedida pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados - PREVID com fundamento nas regras dos arts. 21, III, e 34, II, da Lei Complementar nº 160/12;

II - **INTIMAR** o interessado do resultado deste julgamento, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012.

É a Decisão.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

Nos termos do artigo 70, §2º, do RITCE/MS, remetam-se os autos à Gerência de Controle Institucional para os registros e providências regimentais necessárias.

Campo Grande/MS, 21 de junho de 2024.

**CONS. MARCIO MONTEIRO**
RELATOR

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 4224/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/2853/2021
**PROTOCOLO:** 2094994
**ÓRGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ITAPORÃ
**JURISDICIONADO:** MÁRCIO OLIVEIRA DA SILVA
**CARGO DO JURISDICIONADO:** DIRETOR–PRESIDENTE À ÉPOCA
**ASSUNTO DO PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
**BENEFICIÁRIO:** ANTONIO PEREIRA GOMES
**RELATOR:** CONS. MARCIO MONTEIRO

**APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CUMPRIMENTO DAS NORMAS REGIMENTAIS E LEGAIS. PROVENTOS PROPORCIONAIS. REGISTRO.**

**RELATÓRIO**

Trata-se de concessão de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, realizada pelo Fundo Municipal de Previdência Social de Itaporã ao servidor, Antonio Pereira Gomes, ocupante do cargo efetivo de operador de máquinas, lotado na Prefeitura Municipal de Itaporã.

A equipe da Força tarefa - Atos de Concessão manifestou-se pelo registro da presente aposentadoria (peça 18).

Encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas, esse emitiu seu parecer (peça 19), opinando, igualmente, pelo registro do benefício.

Vieram os autos a esta relatoria para decisão.

Considerando o regular processamento dos autos, em observância ao comando inserto no art. 112, III, do RITCE/MS, declara-se encerrada a instrução processual.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A aposentadoria foi concedida com os fundamentos legais previstos no § 1º, alínea "b", inciso III do art. 40 da CF/88, com redação dada pelo art. 1º da Emenda Constitucional n° 20/1998 e art. 13, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar Municipal n° 042/2009, conforme PORTARIA N° 003/2021, publicada no Diário Oficial n. 2.453 em 19/03/2021.

Vale transcrever o resumo da Certidão de Tempo de Contribuição do beneficiário (peça 07):

| QUANTIDADE DE ANOS | QUANTIDADE DE DIAS |
|---|---|
| 29 (vinte e nove) anos, 05 (cinco) meses e 24 (vinte e quatro) dias | 10.759 (dez mil e setecentos e cinquenta e nove) dias. |

A analise simplificada exarada nos autos demonstra que a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição encontra-se devidamente formalizada.

Considerando os critérios internos e prioritários adotados para a fiscalização, eventuais questões atinentes aos valores dos proventos fixados serão analisadas em conformidade com o disposto no art. 7º da portaria TCE/MS 161/2024.

No que concerne à remessa da documentação obrigatória, nota-se que o prazo estabelecido na Resolução Normativa n.º 88/2018 foi devidamente cumprido pelo responsável.

**DISPOSITIVO**



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

Ante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 4º, III, "a", do RITCE/MS, acompanhando o entendimento da Divisão e do Ministério Público de Contas, **DECIDO** por:

**I – REGISTRAR** a aposentadoria voluntária apreciada no presente processo, concedida pelo Fundo Municipal de Previdência Social de Itaporã, com fundamento nas regras dos arts. 21, III, e 34, II, da Lei Complementar n° 160/2012;

**II – INTIMAR** o interessado do resultado deste julgamento, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do RITCE/MS, remetam-se os autos à Gerência de Controle Institucional para o registro e providências regimentais necessárias.

Campo Grande/MS, 20 de junho de 2024.

**CONS. MARCIO MONTEIRO**
RELATOR

## ATOS PROCESSUAIS

### Conselheira Substituta Patrícia Sarmento dos Santos

#### Intimações

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ROSELI BAUER, COM O PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS UTEIS.**

A Conselheira Substituta Patrícia Sarmento dos Santos, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 50 da LC 160/2012 c/c os arts. 95 e 97 do RITC/MS, aprovado pela RN nº 98 de 2018, **INTIMA,** pelo presente edital, **ROSELI BAUER**, que se encontra em local incerto e não sabido, para apresentar no processo TC/834/2021, no prazo de 20 dias uteis, a contar da data desta publicação, documentos e/ou justificativas a fim de sanar as irregularidades apontadas no despacho DSP-G.ICN-13286/2024, sob pena de incorrer aos efeitos da revelia, nos termos do art. 113, §1º do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 24 de junho de 2024.

**SAUL GIROTTO JUNIOR**
Chefe de Gabinete
ATO DESIGNATÓRIO DOE N. 3545, DE 21 DE SETEMBRO DE 2023

### Conselheiro Marcio Monteiro

#### Despacho

**DESPACHO DSP - G.MCM - 17721/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/1487/2024
**PROTOCOLO:** 2306830
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS
**JURISDICIONADOS:** ALAN AQUINO GUEDES DE MENDONCA
**CARGO DO JURISDICIONADO:** PREFEITO
**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO - NOMEAÇÃO
**RELATOR:** CONS. MARCIO MONTEIRO

Vistos.

Com a finalidade de corrigir a inexatidão material constante da Decisão Singular DSG - G.MCM - 3995/2024 (peça 5), nos moldes do artigo 73, § 4º, do RITCE/MS, determino a retificação e publicação com correção da referida Decisão Singular, conforme segue:

**Onde se lê**: 041169109
**Leia-se**: 041.169.109-02

Retornem os autos à Gerência de Controle Institucional, para os trâmites regimentais.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

Campo Grande/MS, 21 de junho de 2024.

**CONS. MARCIO MONTEIRO**
RELATOR

## Conselheiro Flávio Kayatt

### Despacho

**DESPACHO DSP - G.FEK - 17888/2024**

**PROCESSO TC/MS:** TC/2506/2021
**PROTOCOLO:** 2094347
**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL
**INTERESSADO:** JORGE OLIVEIRA MARTINS (DIRETOR-PRESIDENTE)
**TIPO DE PROCESSO:** APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada no Despacho DSP-DFAPP-16074/2024 (peça 18, fl. 148), de que os documentos que compõem os presentes estão em duplicidade nos autos do Processo TC/2448/2021, **determino, o arquivamento dos autos,** com fundamento nas regras dos art. 4º, I, f, ***1***, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional (GCI), para as devidas providências.

Campo Grande/MS, 24 de junho de 2024.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**
Relator

## DIRETORIA DAS SESSÕES DOS COLEGIADOS

### Pauta

### Tribunal Pleno Virtual

**PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO TRIBUNAL PLENO Nº 7, COM INÍCIO ÀS OITO HORAS DE SEGUNDA-FEIRA, DIA 1º DE JULHO DE 2024 E TÉRMINO ÀS ONZE HORAS DE QUINTA-FEIRA, DIA 04 DE JULHO DE 2024.**

**CONSELHEIRO OSMAR DOMINGUES JERONYMO**

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
**PROCESSO:** TC/13614/2022
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2020
**PROTOCOLO:** 2199811
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ
**INTERESSADO(S):** ADELAR CHEFER DOS SANTOS, ANTONIO RUFO SANTANNA VINAGRE, DOMINGOS ALBANEZE NETO, HAROLDO WALTENCYR RIBEIRO CAVASSA, JOSÉ TADEU VIEIRA PEREIRA, LUCIANO SIGNORELLI COSTA, LUIS FRANCISCO DE ALMEIDA VIANNA, MANOEL RODRIGUES PEREIRA NETO, MOHAMAD ABDER RAHMAN ABDALLAH, ROBERTO GOMES FAÇANHA, UBIRATAN CANHETE DE CAMPOS FILHO, YUSSEF MOHAMAD EL SALLA
**ADVOGADO(S):** DENISE CRISTINA ADALA BENFATTI, LEONARDO BASMAGE PINHEIRO MACHADO

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
**PROCESSO:** TC/4522/2023
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2022
**PROTOCOLO:** 2239199
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ
**INTERESSADO(S):** MANOEL EUGENIO NERY
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ
**PROCESSO(S) APENSADO(S):** TC/00011656/2022 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022
TC/00004754/2022 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
**PROCESSO:** TC/1442/2018/001
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018
**PROTOCOLO:** 2310791
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO
**INTERESSADO(S):** MARIO ALBERTO KRUGER
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**CONSELHEIRO MARCIO CAMPOS MONTEIRO**

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO
**PROCESSO:** TC/2814/2018
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2017
**PROTOCOLO:** 1892356
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JATEI
**INTERESSADO(S):** ANTONIA MARCILIA LACERDA DA SILVA, ERALDO JORGE LEITE
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO
**PROCESSO:** TC/2989/2019
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018
**PROTOCOLO:** 1965595
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTERIO DE JATEI
**INTERESSADO(S):** AGENOR PEREIRA DOS REIS, ELENI TEIXEIRA DOS SANTOS FELIPE, ERALDO JORGE LEITE
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO
**PROCESSO:** TC/8129/2023
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2022
**PROTOCOLO:** 2265306
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJU
**INTERESSADO(S):** JOSE MARCOS CALDERAN, THIAGO OLEGÁRIO CAMINHA
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO
**PROCESSO:** TC/13821/2022/001
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2024
**PROTOCOLO:** 2315274
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM
**INTERESSADO(S):** ALUIZIO COMETKI SAO JOSE, ANGÉLICA SAGGIN DE SOUZA, ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRAO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, MEYRIVAN GOMES VIANA
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO
**PROCESSO:** TC/2715/2024
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2023
**PROTOCOLO:** 2318252
**ORGÃO:** PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
**INTERESSADO(S):** ANA CAROLINA ALI GARCIA, EDUARDO CORREA RIEDEL
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT**

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT
**PROCESSO:** TC/3071/2021
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020
**PROTOCOLO:** 2095413
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPADAO DO SUL



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

**INTERESSADO(S):** JOAO CARLOS KRUG, MARA NÚBIA SOARES PEREIRA, VALÉRIA LOPES DOS SANTOS
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT
**PROCESSO:** TC/3074/2021
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020
**PROTOCOLO:** 2095419
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRES LAGOAS
**INTERESSADO(S):** ANGELO CHAVES GUERREIRO, ELAINE CRISTINA FERRARI FURIO, MARIA ANGELINA DA SILVA ZUQUE, PAULO JORGE SALOMAO DA CAMARA NERY
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT
**PROCESSO:** TC/3989/2021
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020
**PROTOCOLO:** 2098546
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SELVIRIA
**INTERESSADO(S):** JOSÉ FERNANDO BARBOSA DOS SANTOS
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT
**PROCESSO:** TC/2476/2024
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2023
**PROTOCOLO:** 2317398
**ORGÃO:** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
**INTERESSADO(S):** CARLOS EDUARDO CONTAR, SERGIO FERNANDES MARTINS
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ
**PROCESSO(S) APENSADO(S):** TC/00006731/2023 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2023

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT
**PROCESSO:** TC/2375/2022
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021
**PROTOCOLO:** 2156120
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE JAPORA
**INTERESSADO(S):** ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ
**PROCESSO(S) APENSADO(S):** TC/00009032/2021 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT
**PROCESSO:** TC/3746/2022
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021
**PROTOCOLO:** 2161966
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAQUIRAI
**INTERESSADO(S):** LUIZ CARLOS DE SOUZA, THALLES HENRIQUE TOMAZELLI
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT
**PROCESSO:** TC/3776/2022
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021
**PROTOCOLO:** 2162073
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IVINHEMA
**INTERESSADO(S):** FRANCIELLI FASCINCANI, JULIANO FERRO BARROS DONATO, ZEINE MUSTAFÁ DE SOUZA SILVA
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT
**PROCESSO:** TC/3888/2023
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2022
**PROTOCOLO:** 2237851
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

MAGISTÉRIO DE MUNDO NOVO
**INTERESSADO(S):** CAMILA RUBIM DE MORAES, MARIA DE LURDES DIAS DA CRUZ, VALDOMIRO BRISCHILIARI
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT
**PROCESSO:** TC/4058/2023
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2022
**PROTOCOLO:** 2238330
**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE IVINHEMA
**INTERESSADO(S):** ESTEFAN MARTINS LOPES, JULIANO FERRO BARROS DONATO
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT
**PROCESSO:** TC/4287/2023
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2022
**PROTOCOLO:** 2238787
**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
**INTERESSADO(S):** RHAIZA REJANE NEME DE MATOS, TATIANE MARIA DA SILVA MORCH
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT
**PROCESSO:** TC/4515/2023
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2022
**PROTOCOLO:** 2239192
**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE NOVA ANDRADINA
**INTERESSADO(S):** GIULIANA MASCULI POKRYWIECKI, JOSE GILBERTO GARCIA
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT
**PROCESSO:** TC/4689/2023
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2022
**PROTOCOLO:** 2239645
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BASICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE ELDORADO
**INTERESSADO(S):** AGUINALDO DOS SANTOS, VALDECIR ROBERTO SANTUSSI
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT
**PROCESSO:** TC/6266/2021
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2020
**PROTOCOLO:** 2109008
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVÍRIA
**INTERESSADO(S):** JOSÉ FERNANDO BARBOSA DOS SANTOS
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ
**PROCESSO(S) APENSADO(S):** TC/00011844/2020 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020
TC/00008036/2020 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT
**PROCESSO:** TC/4126/2022
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2021
**PROTOCOLO:** 2162929
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPORA
**INTERESSADO(S):** PAULO CESAR FRANJOTTI
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ
**PROCESSO(S) APENSADO(S):** TC/00003617/2021 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021
TC/00008707/2021 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT
**PROCESSO:** TC/13540/2022
**ASSUNTO:** REVISÃO 2018
**PROTOCOLO:** 2198874
**ORGÃO:** AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO DE CAMPO GRANDE
**INTERESSADO(S):** ELIDIO PINHEIRO FILHO
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ
**PROCESSO(S) APENSADO(S):** TC/00019684/2014/002 RECURSO 2018

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT
**PROCESSO:** TC/6846/2023/001
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2022
**PROTOCOLO:** 2320954
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM
**INTERESSADO(S):** EDILSON MAGRO
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT
**PROCESSO:** TC/2547/2018/001
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2024
**PROTOCOLO:** 2304130
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUARI
**INTERESSADO(S):** EDSON RODRIGUES NOGUEIRA
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT
**PROCESSO:** TC/10575/2017/001
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2024
**PROTOCOLO:** 2300524
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS SOCIAIS DE ANASTÁCIO
**INTERESSADO(S):** JULIANNA LOLLI GHETTI, MARCIO LOLLI GHETTI, NILDO ALVES DE ALBRES
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT
**PROCESSO:** TC/23629/2017/001
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2021
**PROTOCOLO:** 2133089
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS
**INTERESSADO(S):** DENIZE PORTOLANN DE MOURA MARTINS
**ADVOGADO(S):** ALEXSANDER NIEDACK ALVES

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT
**PROCESSO:** TC/2502/2019/001
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2023
**PROTOCOLO:** 2292045
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BASICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE INOCENCIA
**INTERESSADO(S):** DENISE CRISTINA ADALA BENFATTI, JOSELI RITA PIRES MARIANO
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**CONSELHEIRA SUBSTITUTA PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS
**PROCESSO:** TC/5396/2017
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2016
**PROTOCOLO:** 1796250
**ORGÃO:** DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL
**INTERESSADO(S):** GERSON CLARO DINO, ROBERTO HASHIOKA SOLER, RUDEL ESPINDOLA TRINDADE JUNIOR



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS
**PROCESSO:** TC/2434/2019
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018
**PROTOCOLO:** 1963270
**ORGÃO:** INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ROCHEDO
**INTERESSADO(S):** FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO JUNIOR, JANAINA BARETA FRARE LILLER
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS
**PROCESSO:** TC/2582/2019
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018
**PROTOCOLO:** 1963574
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
**INTERESSADO(S):** JOÃO BATISTA DA ROCHA
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ
**PROCESSO(S) APENSADO(S):** TC/00005902/2018 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS
**PROCESSO:** TC/3425/2021
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020
**PROTOCOLO:** 2096656
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOURADOS
**INTERESSADO(S):** BERENICE DE OLIVEIRA MACHADO SOUZA, DÉLIA GODOY RAZUK, GECIMAR TEIXEIRA JUNIOR, JACKSON FARAH LEIVA
**ADVOGADO(S):** CLÓVIS CERZÓSIMO DE SOUZA NETO

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS
**PROCESSO:** TC/13928/2021
**ASSUNTO:** LEVANTAMENTO 2021
**PROTOCOLO:** 2142685
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
**INTERESSADO(S):** AGNALDO PEREIRA LIMA, CANDIDO FELIX SOUZA GABINIO, ESLI TAVARES DA SILVA, OTAVIANO PIRES CARDOSO, RAPHAEL MODESTO CARVALHO ROJAS
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS
**PROCESSO:** TC/23467/2016/001
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2024
**PROTOCOLO:** 2299976
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CARACOL
**INTERESSADO(S):** LUIZ CLAUDIO NETO PALERMO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, MANOEL DOS SANTOS VIAIS
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**CONSELHEIRO SUBSTITUTO CELIO LIMA DE OLIVEIRA**

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA
**PROCESSO:** TC/13916/2021
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2021
**PROTOCOLO:** 2142664
**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA
**INTERESSADO(S):** PEDRO ARLEI CARAVINA, SERGIO MURILO NASCIMENTO MOTA
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA
**PROCESSO:** TC/2925/2019
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2017
**PROTOCOLO:** 1965333



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL
**INTERESSADO(S):** JOAO CARLOS KRUG
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA
**PROCESSO:** TC/3533/2020
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2019
**PROTOCOLO:** 2030791
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO
**INTERESSADO(S):** MARCELA RIBEIRO LOPES
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ
**PROCESSO(S) APENSADO(S):** TC/00003246/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019
TC/00009203/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA
**PROCESSO:** TC/3045/2021
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020
**PROTOCOLO:** 2095347
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FIGUEIRAO
**INTERESSADO(S):** FRASIA CATARINA DE ARAUJO, GIOVANNI BERTOLUCCI ALVES, JOSE VICENTE DE FREITAS, MARGARETH MELO AQUINO DE SOUZA, ROGERIO RODRIGUES ROSALIN
**ADVOGADO(S):** IVAN GABRIEL MEDEIROS DA SILVA

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA
**PROCESSO:** TC/3077/2021
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2020
**PROTOCOLO:** 2095427
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ROCHEDO
**INTERESSADO(S):** FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO JUNIOR
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ
**PROCESSO(S) APENSADO(S):** TC/00003586/2020 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020
TC/00008272/2020 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA
**PROCESSO:** TC/13921/2021
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2021
**PROTOCOLO:** 2142676
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES LAGOAS
**INTERESSADO(S):** ANGELO CHAVES GUERREIRO, MÁRCIO FERNANDO RODRIGUES XAVIER
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA
**PROCESSO:** TC/17004/2013/001
**ASSUNTO:** EMBARGOS DECLARAÇÃO 2023
**PROTOCOLO:** 2231275
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO
**INTERESSADO(S):** CACILDO DAGNO PEREIRA
**ADVOGADO(S):** FERNANDO AMARILHA VARGAS DA ROSA

**CONSELHEIRO SUBSTITUTO LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL**

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL
**PROCESSO:** TC/6159/2016
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2015
**PROTOCOLO:** 1678307
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE SONORA
**INTERESSADO(S):** DALMI ALVES, EZEQUIEL REGINALDO DOS SANTOS
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ
**PROCESSO(S) APENSADO(S):** TC/00012754/2015 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL
**PROCESSO:** TC/06522/2017
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2016
**PROTOCOLO:** 1803782
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE SONORA
**INTERESSADO(S):** DALMI ALVES, EZEQUIEL REGINALDO DOS SANTOS
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ
**PROCESSO(S) APENSADO(S):** TC/00014576/2016 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL
**PROCESSO:** TC/2802/2019
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018
**PROTOCOLO:** 1964959
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TACURU
**INTERESSADO(S):** CARLOS ALBERTO PELEGRINI, GRAZIANO DA SILVA, JOAO RICARDO GAIA, ROGERIO DE SOUZA TORQUETTI
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL
**PROCESSO:** TC/2023/2021
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020
**PROTOCOLO:** 2092917
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE DEODAPOLIS
**INTERESSADO(S):** CARLOS DE LIMA NETO JUNIOR, GILBERTO DIAS GUIMARÃES
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ
**PROCESSO(S) APENSADO(S):** TC/00008261/2020 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL
**PROCESSO:** TC/2583/2021
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020
**PROTOCOLO:** 2094539
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE DO SUL
**INTERESSADO(S):** ADNEI ALVES PEREIRA, ALDENIR BARBOSA DO NASCIMENTO, HUGO CARDOSO DOS SANTOS, MARCÍLIO ÁLVARO BENEDITO
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL
**PROCESSO:** TC/2780/2021
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020
**PROTOCOLO:** 2094876
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BATAYPORA
**INTERESSADO(S):** JORGE LUIZ TAKAHASHI, LETÍCIA RODRIGUES SANCHES, MARCELA LEITE MACEDO
**ADVOGADO(S):** DENISE CRISTINA ADALA BENFATTI

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL
**PROCESSO:** TC/3756/2022
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021
**PROTOCOLO:** 2162024
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORUMBÁ
**INTERESSADO(S):** BEATRIZ SILVA ASSAD, MARCELO AGUILAR IUNES, ROGERIO DOS SANTOS LEITE
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL
**PROCESSO:** TC/3906/2022
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021
**PROTOCOLO:** 2162474
**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DE CORUMBÁ
**INTERESSADO(S):** GENILSON CANAVARRO DE ABREU, MARCELO AGUILAR IUNES
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL
**PROCESSO:** TC/3951/2022
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021
**PROTOCOLO:** 2162550
**ORGÃO:** FUNDO ESTADUAL DO TRABALHO DE MATO GROSSO DO SUL
**INTERESSADO(S):** ADEMAR SILVA JUNIOR, MARCOS HENRIQUE DERZI WASILEWSKI, REINALDO AZAMBUJA SILVA
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL
**PROCESSO:** TC/4106/2022
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021
**PROTOCOLO:** 2162910
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERENOS
**INTERESSADO(S):** ARYANNI PAMMELA PULCHERIO ABREU, HENRIQUE WANCURA BUDKE
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL
**PROCESSO:** TC/4122/2022
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021
**PROTOCOLO:** 2162926
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ
**INTERESSADO(S):** ROBERTO GOMES FAÇANHA, UBIRATAN CANHETE DE CAMPOS FILHO
**ADVOGADO(S):** DENISE CRISTINA ADALA BENFATTI
**PROCESSO(S) APENSADO(S):** TC/00005805/2021 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL
**PROCESSO:** TC/4336/2022
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021
**PROTOCOLO:** 2163525
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LADARIO
**INTERESSADO(S):** IRANIL DE LIMA SOARES, JOSIANE BRAGA
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL
**PROCESSO:** TC/14249/2022
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2022
**PROTOCOLO:** 2201972
**ORGÃO:** FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CORUMBÁ
**INTERESSADO(S):** EDUARDO AGUILAR IUNES, ELIANA HELENA LOPES SARAT TEIXEIRA, GABRIELA WINKLER DA COSTA SILVA
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL
**PROCESSO:** TC/3556/2023
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2022
**PROTOCOLO:** 2236835
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE GUIA LOPES DA LAGUNA
**INTERESSADO(S):** ASSIS FABRICIO BARBOSA JUNIOR, DANIEL VIEIRA DA SILVA
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ
**PROCESSO(S) APENSADO(S):** TC/00011161/2022 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL
**PROCESSO:** TC/4580/2023
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2022
**PROTOCOLO:** 2239290
**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BASICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE BODOQUENA
**INTERESSADO(S):** KAZUTO HORII, VALDISA DIAS OLANDA
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

**FICAM OS INTERESSADOS INTIMADOS DOS JULGAMENTOS DESIGNADOS, NA FORMA DO ARTIGO 98, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO - TCE/MS.**

Conselheiro Jerson Domingos
Presidente

Diretoria das Sessões dos Colegiados, 25 de junho de 2024

Alessandra Ximenes
Diretoria das Sessões dos Colegiados
Chefe

## Primeira Câmara Virtual

**PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA PRIMEIRA CÂMARA Nº 17, COM INÍCIO ÀS OITO HORAS DE SEGUNDA-FEIRA, DIA 1º DE JULHO DE 2024 E TÉRMINO ÀS ONZE HORAS DE QUINTA-FEIRA, DIA 04 DE JULHO DE 2024.**

**CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT**

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT
**PROCESSO:** TC/10119/2023
**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2023
**PROTOCOLO:** 2280128
**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
**INTERESSADO(S):** DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, ELFA MEDICAMENTOS LTDA, EREFARMA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI, INOVAMED HOSPITALAR LTDA., M MED COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES, MAÊVE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP, MEGA HOSPITALAR, MURIEL MOREIRA, ROBERTA LOPES DOMINATO, SIMONE DE OLIVEIRA RAMIRES CASTRO
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT
**PROCESSO:** TC/3644/2024
**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2023
**PROTOCOLO:** 2325710
**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
**INTERESSADO(S):** CIRURGICA MS LTDA, DIRECTA COMERCIO, LAIZ MIRELLE VIANA ESCOBAR VIDAL, M MED COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES, MEGA HOSPITALAR, MURIEL MOREIRA, RCA SAÚDE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, ROBERTA LOPES DOMINATO
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**CONSELHEIRO OSMAR DOMINGUES JERONYMO**

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
**PROCESSO:** TC/23026/2012
**ASSUNTO:** CONTRATO DE OBRA 2012
**PROTOCOLO:** 1273619
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS
**INTERESSADO(S):** ANTONIO LUIZ NOGUEIRA, FRANCO JORGE CONSTRUTORA LTDA, GERSON SCHAUSTZ, LUIS ROBERTO MARTINS DE ARAUJO, MARINISA KIYOMI MIZOGUCHI, MURILO ZAUITH, WALTEIR LUIZ BETONI
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ
**PROCESSO(S) APENSADO(S):** TC/00023026/2012/001 RECURSO 2012

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
**PROCESSO:** TC/5624/2023
**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2023
**PROTOCOLO:** 2246985
**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
**INTERESSADO(S):** CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR, CONSENSUS, CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA, ELFA MEDICAMENTOS LTDA, EREFARMA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI, FLAVIO DA COSTA BRITTO NETO, M MED COMERCIAL



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES, MAURÍCIO SIMÕES CORREA, MEDICINALI PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI - ME, NSA DISTRIBUIDORA DE MEDDICAMENTOS EIRELLI, ONCOPROD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLOGICOS LTDA, RUBIA CARLA MENDES QUINTANILHA DA SILVA, SIMONE DE OLIVEIRA RAMIRES CASTRO
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
**PROCESSO:** TC/880/2024
**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2023
**PROTOCOLO:** 2302045
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORUMBÁ
**INTERESSADO(S):** ATLÂNTICO BC PRODUTOS PARA SAÚDE - EIRELI, BEATRIZ SILVA ASSAD, CAROLINE LIMA DOS SANTOS, CIRURGICA PREMIUM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, DU BOM DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR LTDA, EMILENE PEREIRA GARCIA, GUARIÃ COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES, IMPÉRIO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES, LUIZ DE ALBUQUERQUE MELO FILHO, RODRIGO LOPES MACHADO, TATIANI TACEO GARCIA, THAMIRIS LEMOS FRANCO
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**CONSELHEIRO SUBSTITUTO LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL**

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL
**PROCESSO:** TC/2116/2021
**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO OBRAS / SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE 2021
**PROTOCOLO:** 2093240
**ORGÃO:** AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS
**INTERESSADO(S):** CONSTRUTORA MAKSOUD RAHE LTDA, EMERSON ANTONIO MARQUES PEREIRA
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL
**PROCESSO:** TC/3476/2023
**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / DISPENSA E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2023
**PROTOCOLO:** 2236625
**ORGÃO:** FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL
**INTERESSADO(S):** 1000MEDIC DISTRIBUIDORA IMPORTADORA EXPORTADORA DE MEDICAMENTOS LTDA, DOMINGOS CELIO ALVES CARDOSO, MARIELLE ALVES CORREA ESGALHA
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**FICAM OS INTERESSADOS INTIMADOS DOS JULGAMENTOS DESIGNADOS, NA FORMA DO ARTIGO 98, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO - TCE/MS.**

Conselheiro Flávio Kayatt
Presidente da Primeira Câmara

Diretoria das Sessões dos Colegiados, 25 DE JUNHO DE 2024

Alessandra Ximenes
Diretoria das Sessões dos Colegiados
Chefe

## Segunda Câmara Virtual

**PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA SEGUNDA CÂMARA Nº 17, COM INÍCIO ÀS OITO HORAS DE SEGUNDA-FEIRA, DIA 1º DE JULHO DE 2024 E TÉRMINO ÀS ONZE HORAS DE QUINTA-FEIRA, DIA 04 DE JULHO DE 2024.**

**CONSELHEIRO MARCIO CAMPOS MONTEIRO**

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO
**PROCESSO:** TC/9285/2022
**ASSUNTO:** ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2022
**PROTOCOLO:** 2184597
**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

FAMILIAR
**INTERESSADO(S):** JAIME ELIAS VERRUCK, XCMG BRASIL INDUSTRIA
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO
**PROCESSO:** TC/5642/2023
**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2023
**PROTOCOLO:** 2247202
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
**INTERESSADO(S):** ANDRÉ DE MOURA BRANDÃO, CENTERMEDI, CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR, CIMED INDÚSTRIA S.A, CIRÚRGICA SÃO JOSÉ LTDA, CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA, DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, ESPIRITO SANTO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES, FABIO DE ALMEIDA SERRA SOUTO, FRANCISCO GRISAI LEITE DA ROSA, INOVAMED HOSPITALAR LTDA., MG2 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, NUTRI CARE
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**CONSELHEIRA SUBSTITUTA PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS
**PROCESSO:** TC/9296/2021
**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2021
**PROTOCOLO:** 2122287
**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
**INTERESSADO(S):** ANTONIO CARLOS VIDEIRA, GEANI CARLI, HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA, NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA, TRIEL HT
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS
**PROCESSO:** TC/5592/2023
**ASSUNTO:** CONTRATO DE TRANSPORTE ESCOLAR 2023
**PROTOCOLO:** 2246557
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPORA
**INTERESSADO(S):** CAVALO DE AÇO MECÂNICA E TRANSPORTES, CEZAR TRANSPORTES, DIRCEU CASTRO FREIRE - ME, HO SERVIÇOS E MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME, JAPORÃ TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA ME, MARIA A. ROCHA SILVA - ME, MP TRANSPORTE, PAULO CESAR FRANJOTTI, RC TRANSPORTE
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**CONSELHEIRO SUBSTITUTO CELIO LIMA DE OLIVEIRA**

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA
**PROCESSO:** TC/371/2013
**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2013
**PROTOCOLO:** 1402727
**ORGÃO:** DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL
**INTERESSADO(S):** CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA, FRANCISCO LIBÓRIO SILVEIRA, GERSON CLARO DINO, MARIA DAS GRAÇAS FREITAS, OMAR BRITO DA SILVEIRA & CIA LTDA, ROBERTO HASHIOKA SOLER
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA
**PROCESSO:** TC/1013/2019
**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2018
**PROTOCOLO:** 1955488
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANAIBA
**INTERESSADO(S):** DEBORA QUEIROZ DE OLIVEIRA, RONALDO JOSE SEVERINO DE LIMA, SOS MASTER INFORMÁTICA LTDA
**ADVOGADO(S):** LUCIANE FERREIRA PALHANO

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA
**PROCESSO:** TC/8328/2018
**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / ADMINISTRATIVA 2018
**PROTOCOLO:** 1918613

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANAIBA
**INTERESSADO(S):** DEBORA QUEIROZ DE OLIVEIRA, NELO JOSÉ DA SILVA, RONALDO JOSE SEVERINO DE LIMA
**ADVOGADO(S):** LUCIANE FERREIRA PALHANO

**FICAM OS INTERESSADOS INTIMADOS DOS JULGAMENTOS DESIGNADOS, NA FORMA DO ARTIGO 98, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO - TCE/MS.**

Conselheiro Marcio Monteiro
Presidente da Segunda Câmara

Diretoria das Sessões dos Colegiados, 25 DE JUNHO DE 2024

Alessandra Ximenes
Diretoria das Sessões dos Colegiados
Chefe

## ATOS DO PRESIDENTE

### Atos de Pessoal

### Portarias

**PORTARIA 'P' N.º 334/2024, DE 25 DE JUNHO DE 2024.**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, CONSELHEIRO JERSON DOMINGOS,** no uso da competência conferida no art. 9º, IV, da Lei Complementar Estadual n.º 160, de 2 de janeiro de 2012 c/c o disposto no art. 20, XVII, "b", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n.º 98, de 5 de dezembro de 2018;

**R E S O L V E:**

Designar a servidora **RITA DE CASSIA TOLEDO BUZON,** matrícula 2224, Assessor de Gabinete, símbolo TCAS-201, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder interinamente pela função de Chefe I, símbolo TCDS-101, pelo Gabinete do Conselheiro do Grupo III, no interstício de 01/07/2024 a 12/07/2024, em razão do afastamento legal do titular **NELSON LUIZ BRANDAO JUNIOR**, matrícula 2286.

Conselheiro **JERSON DOMINGOS**
Presidente

**PORTARIA 'P' N.º 335/2024, DE 25 DE JUNHO DE 2024.**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, CONSELHEIRO JERSON DOMINGOS**, no uso da competência conferida no art. 9º, IV, da Lei Complementar Estadual n.º 160, de 2 de janeiro de 2012 c/c o disposto no art. 20, XVII, "b", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n.º 98, de 5 de dezembro de 2018;

**R E S O L V E:**

Autorizar o usufruto de férias da Conselheira Substituta **PATRICIA SARMENTO DOS SANTOS**, matrícula 10131, no interstício de 15/07/2024 a 26/07/2024, referente ao primeiro período aquisitivo de 2023/2024 e, com fulcro nas disposições do art. 31 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n.º 98, de 5 de dezembro de 2018.

Conselheiro **JERSON DOMINGOS**
Presidente

**PORTARIA 'P' N.º 336/2024, DE 25 DE JUNHO DE 2024.**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, CONSELHEIRO JERSON DOMINGOS**, no uso da competência conferida no art. 9º, IV, da Lei Complementar Estadual n.º 160, de 2 de janeiro de 2012 c/c o disposto no art. 20, XVII, "b", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 98, de 5 de dezembro de 2018;

**R E S O L V E:**



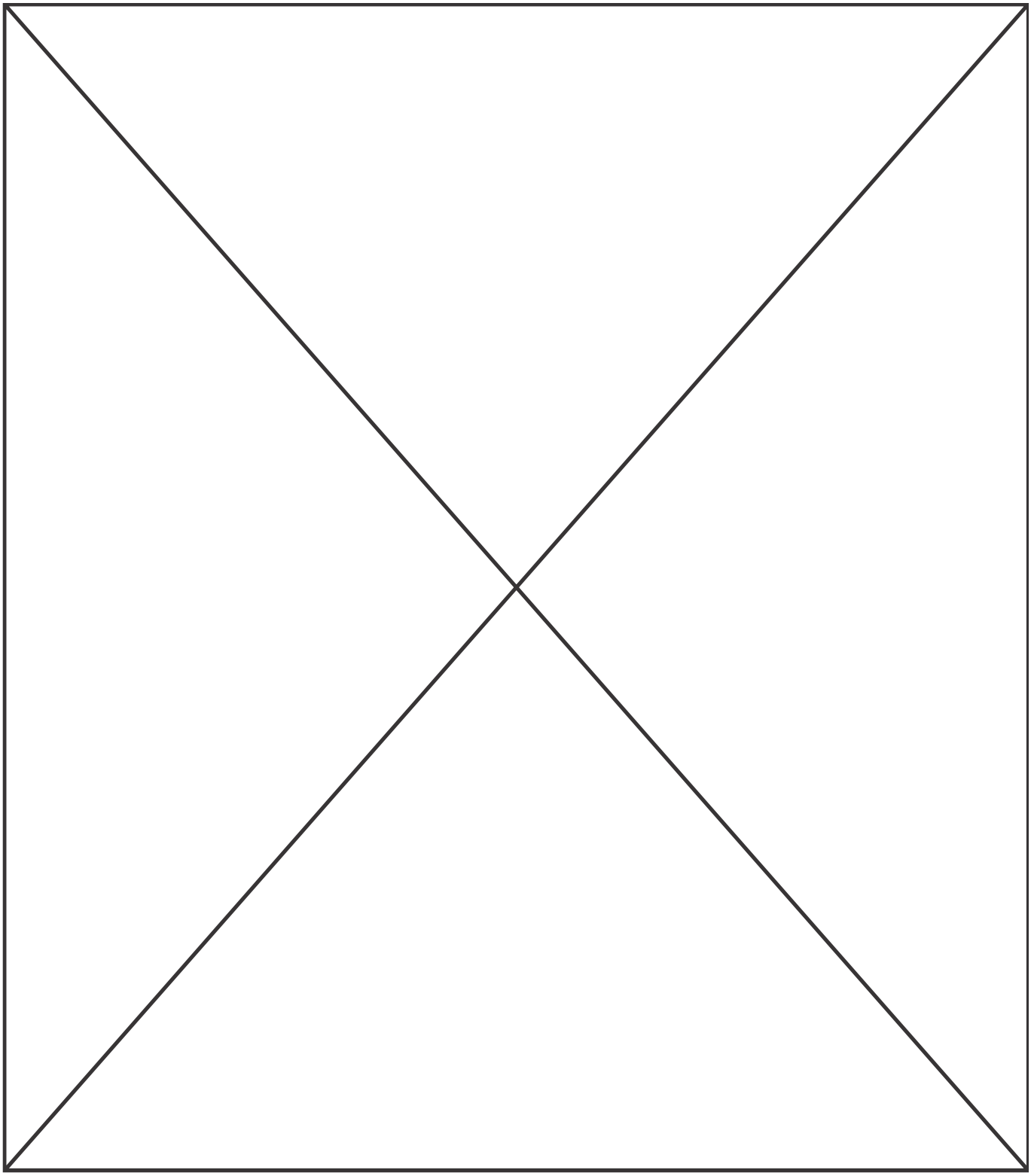
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41

Art. 1º. Designar os servidores **LUCIANO DE BARROS MANDETTA**, matrícula 2917, **LUIZ ALVARO DE BARROS ARAÚJO FILHO**, matrícula 2927, Auditores Estaduais de Controle Externo, símbolo TCCE-400, para, sob a coordenação do primeiro, realizarem Inspeção em Ponta Porã, nos termos do artigo 29, da Lei Complementar n° 160, de 02 de janeiro de 2012, e do artigo 189, do Regimento Interno TC/MS.

Art. 2º. O servidor RAFAEL RIBEIRO REESE, matrícula 2954, Auditor Estadual de Controle Externo, símbolo TCCE-400, realizará a supervisão dos trabalhos executados.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Conselheiro **JERSON DOMINGOS**
Presidente





Este documento é cópia do original assinado digitalmente por: OLGA CRISTHIAN DA CRUZ MONGENOT - 25/06/24 13:41